



## DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

## NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

## TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS EVENTO: Conferência N°: 0786/06 DATA: 01/06/2006 INÍCIO: 09h31min TÉRMINO: 12h19min DURAÇÃO: 02h48min TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h48min PÁGINAS: 52 QUARTOS: 34

## DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PERLY CIPRIANO - Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da SEDH, e membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos  
 MARIA EVELINE PINHEIRO - Representante do Departamento de Política de Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação  
 SÉRGIO ADORNO - Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Direitos Humanos e professor e pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (USP)  
 NOALDO MERELES - Representante da Rede Nacional de Advogados Populares  
 RICARDO BALESTRERI - Responsável pelo projeto de educação em Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça  
 ROGÉRIO TOMAZ JÚNIOR - Representante da INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social  
 VERA LEONELLI - Representante da ONG Jus Populi, da Bahia  
 MARGARIDA GENEVOIS - Professora e Coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos  
 HERILDA BALDUÍNO - Representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos, da OAB  
 ROBERTO MONTE - Representante do portal DH Net  
 ROSILEA MARIA ROLDI WILDE - Coordenadora de Articulação Institucional e representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação  
 MARILSON DOS SANTOS SANTANA - Representante do Departamento de Políticas da Educação Superior, da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação.

SUMÁRIO: X Conferência Nacional de Direitos Humanos.

## OBSERVAÇÕES

Houve falhas na gravação.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Bom dia, senhoras e senhores.

Vamos dar início ao Painel 7: *Avaliação e propostas para educação em direitos humanos - Propostas para o aperfeiçoamento e efetiva implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.*

Os senhores já têm todo o material. Cada convidado terá 15 minutos para fazer sua exposição. Com 10 minutos avisaremos e com 15 minutos encerraremos a participação de cada um. Não vamos usar o método europeu: quando o tempo se encerra, desligam o som. Teremos uma tolerância pequena, senão prejudicaremos o expositor seguinte e também os debates.

Dou essas informações para não ter de fazê-las durante o evento.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Maria Eveline Pinheiro, do Departamento de Políticas de Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do MEC; o Sr. Noaldo Meireles, representante da Rede Nacional de Advogados Populares; o Sr. Rogério Tomás Júnior, representante da mídia; a Sra. Vera Leonelli, representante da ONG Jus Populis, da Bahia; o Sr. Ricardo Balestreri, responsável pelo projeto de educação em direitos humanos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e o Sr. Sérgio Adorno, Presidente da Associação Nacional de Pesquisas em Direitos Humanos e professor e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

Concedo a palavra à primeira expositora, Profa. Maria Eveline Pinheiro, por 15 minutos.

**A SRA. MARIA EVELINE PINHEIRO** - Bom dia, senhoras e senhores.

Primeiramente, agradeço pelo convite.

Represento o Prof. Ricardo Henriques, da SECAD, que está em outras atividades representando também o Ministério.

Trabalho na Secretaria de Educação Básica, na Diretoria de Políticas do Ensino Médio.

Inicialmente, reporto-me à publicação desta Casa, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que na introdução diz que a educação é tanto um direito humano em si mesmo como um meio indispensável para realização de outros direitos. Não é para menos que a educação constitui essa luta que, historicamente, estamos travando. Há muito tempo, muitos dos que aqui estão buscam medidas para que esse direito seja efetivado.

No caso da educação básica, há um quadro bastante complexo e com muitas ramificações. Vou citar alguns pontos que vão encaminhar a orientação da educação como direito humano.

Essas ramificações têm 2 grandes pontos que devem ser pensados. Um é a necessidade de criar condições para superar antigos problemas acumulados por uma história de descaso, especificamente com a educação e os direitos humanos.

Temos um histórico de atraso acumulado no qual precisamos mexer. De outra ponta, temos um momento do País e um momento do mundo em que os olhos se voltam para a educação no sentido de encontrar caminhos para enfrentar novos desafios da atualidade que coloquem o País em condições de competitividade sem descuidar do desenvolvimento de valores e de atitudes coerentes com uma sociedade justa e igualitária que desejamos.

Na perspectiva de que há caminhos que indicam que o lençol é curto, no caso do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Básica, tratamos a questão dos direitos humanos em 2 perspectivas: uma, as condições de oferta da educação como direito, ou seja, como esse ponto vem se desenvolvendo no País; e outro, como conteúdo que precisa ser tratado, discutido e ampliado dentro da escola.

Aí batemos numa velha cantiga, a primeira preocupação, o primeiro ponto, que vem sendo a ação do MEC: estabelecer uma política que garanta a oferta de um ensino de qualidade e o acesso e a permanência do aluno na escola.

Parece repetir uma velha cantiga, mas é garantir acesso e permanência do aluno na escola, ampliando esse atendimento para os segmentos da população que historicamente estão excluídos da escola.

Esse é um movimento que hoje traçamos com os diferentes segmentos de representação social.

Não vou fazer um relato, mas vou apresentar um conjunto de ações - preocupação do MEC - que precisam ser reforçadas e desejadas. Precisa haver um movimento no sentido da integração.

As ações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos enquadram-se nesses 4 pontos que vou abordar.

Primeiro: garantir a articulação entre os 3 níveis da esfera administrativa. De um lado, o respeito à orientação legal (a Constituição e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e de outro, uma articulação efetiva para estreitar um diálogo, a fim de que se garanta que o desejado, pensado, planejado em termos de Ministério da Educação, de Câmara dos Deputados, de legislação, efetive-se dentro da escola.

A articulação, o diálogo muito próximo em âmbito federal, estadual e municipal tem sido a ação cotidiana do MEC. Ou seja, encontrar na discussão caminhos que promovam essa articulação, senão as coisas não acontecem.

Essa aproximação dá-se não só no sentido da discussão, do encontro freqüente - o MEC tem promovido encontros, seminários, congressos -, mas também em termos de publicações, de orientações e de reforço de algumas ações que venham sendo promovidas pelos Estados e pelos Municípios.

Segundo: ações promotoras de processos de gestão democrática. De um lado, a articulação deve dar-se nos 3 níveis da Federação; de outro, a garantia para que na escola e na comunidade a sociedade possa se fazer representar a fim de acompanhar todo o trabalho, discutir as prioridades do sistema de ensino local e verificar a prestação de contas, as expectativas e as necessidades de cada grupo. O MEC tem trabalhado na implementação de um programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares, de suma importância para o acompanhamento do dia-a-dia da escola, no que diz respeito à aplicação de recursos pelo Município, e na capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação, para que eles entendam e verifiquem as possibilidades de trabalho disponíveis.

Terceiro: ampliação em si da oferta. No ensino fundamental temos um caminho percorrido da quase universalização da oferta e precisamos trabalhar com a garantia da qualidade. Uma das ações do Plano Nacional diz respeito à ampliação do ensino fundamental para 9 anos. Ou seja, não havendo ainda a garantia do ensino da educação infantil, garantimos a entrada da criança de 6 anos na escola, como uma aproximação do ensino fundamental. Também são desenvolvidas ações no sentido de formar os professores da educação infantil, principalmente aqueles que atuam na faixa etária de zero a 6 anos, em creches, que não têm formação para a docência e normalmente prestam atendimento. E o ensino médio, que não apenas representa garantir uma oferta que vem se ampliando por conta da universalização do ensino fundamental, uma necessidade do País, mas também criar uma identidade para o ensino médio que historicamente serve a um grupo muito pequeno e, como tal, se constituiu em preparação para o ensino superior. E hoje precisamos preparar esse indivíduo para a continuidade do estudo e também para o trabalho e para as relações da vida.

A respeito da oferta e garantia da qualidade de ensino, passamos pela leitura mais atenta dos referenciais e parâmetros curriculares no sentido da revisão do que for necessário, do seu aprofundamento, do seu esclarecimento, principalmente nos sistemas de ensino, particularmente às escolas e aos professores. Para tanto é de fundamental importância o projeto pedagógico da gestão democrática.

Quarto: fortalecimento de proposições que promovam a definição de políticas efetivamente induzidas. Se por um lado a Secretaria de Educação já dispõe da política voltada para isso, por outro, trabalha com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, SECAD, e também com a Secretaria de Educação Especial com o intuito de implantar políticas inclusivas que atendam os segmentos da população vítima de discriminação e violência. Ou seja, a articulação no sentido da política, do tratamento dos conteúdos, da formação do professor para atendimento desses segmentos.

O tema direitos humanos tem de ser tratado dentro da escola como perspectiva e conteúdo para o aluno.

Passo a abordar agora 2 pontos que precisam da atenção da sociedade - já são de atenção do MEC. Esses pontos não vão se efetivar se não tivermos 2 elementos definidos e garantidos com muito clareza: a condição de estrutura e funcionamento das escolas e, a mais importante, a formação e valorização do professor. O MEC tem uma malha de ações voltadas para a formação do professor - professor de educação infantil, professor leigo, formação continuada, proletramento, pró-formação, programa de incentivo à formação de professor do ensino médio. Atualmente, temos quase a totalidade dos professores leigos do Brasil com formação.

Apesar da luta, não temos conseguido garantir a valorização do professor na LDB, nem no Plano Nacional de Educação, nem nas ações voltadas para a categoria. E valorização dos profissionais de educação se reflete, entre outras coisas, num plano de carreira, de cargos e salários.

E vamos ao ponto final. O FUNDEF foi um avanço para o País e um dos elementos que garantiu a quase universalização do ensino fundamental.

Temos de definir recursos para o FUNDEF. Mais do que isso: garantir a ação dos grupos representativos da sociedade e a ação desta Casa na aprovação do próprio FUNDEF e na negociação das formas de aplicação dos recursos a ele destinados. A valorização e a contratação do professor por concurso somente serão concretizados se esses recursos forem direcionados. Dificilmente conseguiremos garantir uma educação de qualidade, que se constitua efetivamente em direito humano do cidadão, se não garantirmos uma escola que funcione, que tenha lâmpada, que tenha uma cadeira confortável, que tenha um professor em condições de compreender o aluno nas diversidades, nas diferenças, compreender o mundo que se apresenta, que não é simples, é complexo. Esse professor precisa de formação e de condições de trabalho, de pensar e olhar o seu aluno sem o corre-corre, sem ter outro turno para assumir.

Se há uma questão que precisa de todos os elementos sobre os direitos definidos, esta se reflete, antes de tudo, nas condições de recursos que hoje se apresenta, que o Estado garante para transformar o seu discurso em plano concreto.

Muito obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado, professora. Parabéns!

Com a palavra o Prof. Sérgio Adorno, que falará sobre o tema *Ensino Superior*. V.Sa. dispõe de 15 minutos.

**O SR. SÉRGIO ADORNO** - Senhoras e senhores, muito obrigado pelo convite para participar desta X Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Basicamente, vou falar sobre 3 aspectos da questão dos direitos humanos no ensino superior: a pesquisa, o ensino propriamente dito e a extensão.

Começando pelo tema da pesquisa, gostaria de fazer 2 observações que me parecem extremamente importantes.

A primeira é o fato de que, no campo dos direitos humanos, a pesquisa tem uma singularidade que não é específica desse campo, mas está muito presente, muito forte: articulação entre conhecimento e militância. Essa é uma área em que a rigorosa separação entre conhecer e intervir, agir e pensar, não pode ser realizada na sua radicalidade. Essa é uma área em que a pesquisa, de alguma maneira, está muito informada pelos acontecimentos, pelas graves violações aos direitos humanos, pelo avanço na proteção dos direitos humanos, pelo avanço na luta pelas conquistas, pela efetivação dos direitos, sobretudo de proteção aos direitos econômicos, sociais e políticos fundamentais. Por outro lado, é justamente esse movimento da sociedade que informa a pesquisa. Diria que nesta área há tradição do iluminismo europeu, que pensa. Politicamente, o pensamento orientado significa o pensamento voltado para a transformação social. Por sua vez, a transformação social informa a pesquisa. Essa é uma característica muito própria da área de direitos humanos. É evidente que essa singularidade comporta problemas. É muito difícil, em alguns momentos, saber quando estamos sendo mais militantes ou mais pesquisadores. Como pesquisadores, estamos conseguindo, de alguma maneira, seguir rigorosamente as regras da comunidade e do conhecimento científico. De qualquer maneira é uma singularidade que precisa ser considerada.

A segunda é a interdisciplinaridade para a qual gostaria de chamar a atenção e que está fortemente assinalada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

A interdisciplinaridade é uma questão que se coloca hoje nos mais diferentes campos científicos. Quer dizer, aquela divisão entre fronteiras disciplinares, que herdamos do século XIX, as ciências de maneira compartimentalizadas estão sendo rompidas. Por exemplo, hoje, o meio ambiente é um campo em que não se pode mais pensar fronteiras definidas. Diria que o campo dos direitos humanos é vanguarda nesse sentido. Ele não está situado em nenhuma fronteira disciplinar demarcada. Quer dizer, não é privilégio do campo jurídico, das ciências sociais, das ciências normativas, do campo das ciências da saúde. Se há um campo em que essa interlocução entre as diferentes disciplinas ocorrem, hoje, sem dúvida alguma, é o dos direitos humanos. Isso é uma virtude, mas também um desafio. Significa construir um novo campo de reflexão, não só no Brasil. Não temos no Brasil uma grande tradição de pesquisa interdisciplinar. De alguma maneira, as nossas formações ainda são marcadamente disciplinares, muito profissionalizadas em compartimentos. Trabalhar disciplinarmente significa, de alguma maneira, valorizar a experiência original, mas ao mesmo tempo transcender esse campo. Quer dizer, é preciso conversar com os outros e conversar com os outros significa ter um espírito aberto ao aprendizado. Esse processo de aprendizado tem de ser permanente.

O desafio que se coloca hoje para a pesquisa, no campo dos direitos humanos, é a constituição de uma agenda de pesquisa. Essa agenda ainda não existe. É evidente que há muitos centros de pesquisa que estão se constituindo e que já estão fazendo pesquisas em direitos humanos, nos mais diferentes Estados da Federação. É evidente que as universidades também têm realizado pesquisa. Mas uma agenda estratégica das áreas que mereceriam maior investimento do ponto de vista intelectual e de pesquisas e até de mobilização nacional ainda não está constituída. Como exemplo, uma área que precisaria avançar do ponto de vista da pesquisa e dos instrumentos é o monitoramento dos direitos humanos. Hoje, sabemos muito pouco como monitorar direitos humanos, principalmente levando-se em conta que os dados e as informações oficiais de que dispomos não são suficientes para dar conta da problemática dos direitos humanos. As estatísticas que temos hoje sobre mortes são gerais. Elas não permitem, por exemplo, identificar as mortes conectadas, como violência doméstica, violência envolvendo questões raciais, esquadrões da morte, linchamento, execuções sumárias, violência policial.

Certamente, a questão do monitoramento precisaria ser desenvolvida científica e metodologicamente e deveria permitir melhor conhecimento dos problemas da área para, assim, informar melhor a pesquisa.

Outra questão que deve estar presente na agenda de pesquisa é a articulação entre os direitos econômicos sociais, políticos, sociais e culturais, entre outros. O exercício de articular esses direitos ainda é um desafio para nós. Sabemos, em tese, que os direitos humanos são indivisíveis. Mas a demonstração por pesquisas cientificamente conduzidas ainda está para ser feita.

Há ainda uma questão muito importante: a qualificação do quantitativo e da quantificação do qualitativo. Ou seja, a articulação entre dados que possam de alguma maneira dimensionar a magnitude dos problemas, por exemplo, das graves violações dos direitos humanos. Mas pesquisas informadas, por exemplo, por estudos etnográficos não acumulam etnografias que traduzam as graves violações de direitos humanos no Brasil. Temos poucas etnografias que nos permitam, de alguma maneira, qualificar o campo de pesquisa e criar elementos para formular estudos quantitativos. No campo das mortes, por exemplo, conforme dados do Sistema Nacional de Saúde, já temos bons dados nacionais sobre homicídios. Ainda não conseguimos saber a dinâmica desses homicídios.

Os dados do SIM nos dá uma boa visão das vítimas, mas não permite saber em que cenários essas mortes ocorrem e quem são os possíveis autores. Certamente, etnografias permitiriam avançar nessa discussão e a constituição, por exemplo, de um banco nacional de graves violações dos direitos humanos, o qual permitisse não só avançar nas pesquisas, mas também melhorar a qualidade das políticas e dos planos locais.

Outra questão que se coloca no campo da pesquisa é o fomento do financiamento, sobretudo do ponto de vista das agências, não só as internacionais, mas particularmente as nacionais. Já houve avanços. Está havendo, por exemplo, editais de chamada de pesquisas sobretudo ligadas às áreas de segurança e violência urbana, no CNPq e na FINEP, mas ainda é pouco em relação aos problemas, às especificidades e singularidades da área. No meu ponto de vista é uma relação mais ou menos dialética. A pesquisa aparece e demanda. E as demandas estimulam, vamos dizer, a chamada pesquisa orientada, a pesquisa com perfis ou com demandas próprias. É preciso que haja essa interação na comunidade científica para que, cada vez mais, haja demanda. Acho que já houve melhoras, mas o resultado ainda é muito pequeno em

relação às demandas da área. É preciso, seguramente, que próprios pesquisadores se candidatem, que compareçam com candidatos aos editais mais gerais. Por outro lado, é preciso que a comunidade se organize e demande.

O segundo aspecto, sobre o qual vou falar muito rapidamente, é o do ensino. Ainda há poucos currículos de ensino na graduação especificamente voltados para direitos humanos. Os direitos humanos aparecem dispersos nos diferentes cursos, mais nos cursos de Direito; começam a aparecer nos de saúde pública e de ciências sociais. Isso envolve uma discussão que só vou apontar aqui, não vou desenvolver, sobre a melhor estratégia: programas específicos de direitos humanos em cada uma das graduações, ou disciplinas de direitos humanos dispersas pelas diferentes graduações.

Na área de saúde, por exemplo, saúde da criança e da mulher são mistas. É nesses currículos que os direitos humanos devem entrar, ou devemos ter um programa especial de direitos humanos que de alguma forma dê conta de todos esses grupos: crianças, jovens, mulheres, negros, enfim, das vítimas potenciais das graves violações de direitos humanos?

No caso da pós-graduação, a situação tem avançado lentamente. Existem hoje 3 programas de pós-graduação, mestrados no Brasil: um na Universidade Federal da Paraíba, outro na Universidade Federal do Pará e outro na Universidade de São Paulo. São programas de pós-graduação com currículo específico, com programa de pesquisas específico, mas ainda não são programas credenciados pelo Sistema Nacional de Pós-graduação.

Outra questão para a qual devemos chamar muito a atenção é que os programas que vão ser criados têm de ser credenciados. Isso é fundamental, porque eles começam a ser reconhecidos pelo Sistema Nacional de Pós-graduação e passam a ser avaliados por ele, o que é um grande ganho do ponto de vista do sistema de pós-graduação no Brasil.

Finalmente, quanto à extensão, acho que é onde temos mais experiência. Há uma multiplicidade de cursos de atualização e especialização no Brasil inteiro, que envolvem o ensino de direitos humanos propriamente dito para públicos específicos - promotores públicos, operadores de Direito, militantes de direitos humanos, formuladores de políticas públicas - e públicos gerais - formadores de opinião, pessoas que de alguma forma na sua atividade têm um diálogo, uma ligação com o campo dos direitos humanos.

Nesse campo é preciso fundamentalmente articular extensão com pesquisa, para que os ganhos do ponto de vista da atualização e do conhecimento sejam cada vez mais refinados e aprimorados.

Termino dizendo que no campo do ensino superior uma das novidades é que surgiu ainda timidamente, há 3 anos, a Associação Nacional de Direitos Humanos, com pós-graduação em pesquisa, associação da qual sou presidente. Ela tem um *site* e realizará seu segundo encontro em São Paulo, nos dias 7, 8 e 9 de junho. Convido os senhores a participar dele. Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado, Prof. Sérgio Adorno, que utilizou exatamente 15 minutos.

Com a palavra o Sr. Noaldo Meireles, da área de justiça, representante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - RENAP.

**O SR. NOALDO MEIRELES** - Senhoras e senhores, inicialmente, manifesto o prazer de estar aqui em nome da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.

*"No lugar que havia mata, hoje há destruição*

*Grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão*

*Castanheiro, seringueiro já viraram até peão*

*Afora os que já morreram como ave-de-arribação*

*Zé de Nana tá de prova, naquele lugar tem cova*

*Gente enterrada no chão:*

*Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro*

*Disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro roubou seu lugar"*

Vital Farias, em *Saga da Amazônia*.

Tenho o hábito de citar músicas ou poesias nas minhas falas, pois nós, advogados e advogadas populares, precisamos beber dessa fonte para não nos bestializarmos com a realidade que enfrentamos no nosso dia-a-dia.

A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, que completou 10 anos de existência neste ano, nasceu de uma iniciativa de Plínio de Arruda Sampaio, quando era Secretário Agrário do PT, e de algumas conversas com advogados e militantes ligados ao MST, à CPT e a algumas outras redes de advogados que já existiam, como a APR, da Bahia, da qual é representante o Maílson, aqui presente, e o IAJUP. Estava em curso no Brasil, desde 1996, um processo de criminalização dos militantes ligados à questão da terra, e os fatos estavam se repetindo do Amapá, do grande Norte do Brasil, até o Rio Grande do Sul. Então, vislumbrou-se a possibilidade e a necessidade de articular advogados que estivessem trabalhando nesses Estados, com essa temática, para ver uma forma de se qualificar e se preparar para esse enfrentamento que estava sendo pensado, planejado e, em muitos casos, financiado pelo Governo Federal.

Começou-se a pensar, a fazer encontros, e surgiu uma coisa chamada Defensores dos Povos da Terra, que finalmente, em 1997, passou a chamar-se Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, rede de articulação virtual, sem sede, presidente, secretário, sem nada. Nós nos articulamos por um *e-mail* de grupo pela Internet. Existem mais ou menos 500 pessoas cadastradas, entre advogados e advogadas, estudantes de Direito, professores, juízes, promotores, até desembargadores - acho que 2 desembargadores participam de nossa discussão.

Sou advogado da Comissão Pastoral da Terra e acabei me tornando Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba até agosto deste ano. Junto com a Profa. Nazaré, organizamos no ano passado o Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos, e tive a possibilidade de manusear o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Algumas questões nele contidas no que se refere à educação em direitos humanos para os profissionais de justiça e segurança me chamaram a atenção. Anotei algumas e vou apresentar aos senhores nossa grande preocupação de advogados de trabalhadores rurais e movimentos sociais como um todo.

Primeiro, o Plano, logo no início, na parte dos profissionais de justiça e segurança, diz que a educação em direitos humanos para esses setores profissionais deve considerar os seguintes princípios: *a necessidade de construção de uma nova mentalidade junto aos agentes das áreas de justiça e segurança em seus procedimentos e ações no trato com as pessoas e com os movimentos sociais, respeitando os direitos de todos juridicamente assegurados.*

Entre as 21 linhas de ação do Plano, acho que 3 - são 4, mas uma está muito interligada a outra - dizem respeito diretamente ao nosso trabalho. Uma é a terceira linha de ação, que diz:

*"Instituir programa básico e conteúdos curriculares obrigatórios, disciplinas e atividades complementares em direitos humanos, nos programas de formação nas áreas de justiça e segurança."*

A linha de ação nº 6 diz:

*"Ampliar, fortalecer e diversificar as redes de educação em direitos humanos atuantes nas áreas de justiça e segurança;"*

A de nº 10:

*"Apoiar e construir linhas de pesquisa e extensão em direitos humanos, segurança pública e direitos humanos e justiça."*

Pode casar com a nº 11, que diz:

*"Apoiar a produção de publicações e material didático em direitos humanos voltada para as áreas de justiça e segurança pública."*

O que me chamou muito a atenção foi que, entre as 21 linhas de ação, apenas em uma o MEC aparece como responsável parceiro. O Ministério da Educação parece não ter responsabilidade nenhuma na área de educação no que se refere aos profissionais das áreas de justiça e segurança. Mesmo para ser profissional da área de justiça e segurança no Brasil, principalmente no caso dos operadores de Direito, é preciso ir para a universidade e cursar Direito. Essa é uma grande questão. Mas o grande problema com que nos deparamos nessa área pode ser apresentado tanto pela parte da educação não-formal quanto pela do ensino de Direito na educação superior.

Formei-me pela Universidade Federal da Paraíba e, durante 2 anos, fiz parte do Centro Acadêmico da Universidade Federal e fui do movimento estudantil de Direito. Uma constatação a que chegamos foi a de que os cursos de Direito no Brasil inteiro não formam advogados. Isso é um fato. O segundo é que, se já não formam advogados, muito menos advogados populares, para trabalhar com essas demandas coletivas, mais especificamente advogados populares que trabalham com demandas coletivas ligadas à questão da terra. Essa é uma constatação.

A segunda refere-se às cadeiras de direitos humanos. Aliás, há uma fala da Profa. Nazaré Zenaide, que está aqui, que advoga a causa da transversalidade na questão de direitos humanos dentro dos cursos de Direito, no sentido de que não adianta haver a disciplina Direitos Humanos - como eu não cheguei a cursar, mas já existe na Universidade Federal da Paraíba -, e o professor de Direito Penal dizer - ouvi isso na minha sala de aula - que não existe estupro de prostituta, porque falta a ela o requisito de mulher honesta.

Nas disciplinas de Direito Civil é que se aplica o Código Civil, em detrimento da Constituição, porque os professores da área de Direito Civil não conseguem fazer essa conexão de uma coisa com a outra, e existem absurdos como ação de despejo contra uma pessoa que mora numa barraca dentro de um terreno, que tem 90 anos de idade, diabetes crônica, sem nenhum parente vivo, em que o juiz manda despejá-la em virtude dos requisitos da petição inicial - o proprietário provou ser o dono do terreno. Faz-se o despejo, mesmo havendo a disciplina Direitos Humanos, porque não existe esse conteúdo transversal dentro das disciplinas. Essa é uma grande questão para nós.

Eu disse que as faculdades não formam advogados, muito menos advogados populares que trabalhem com essa questão. Essa é uma grande batalha que a RENAP vem enfrentando. Como preparar esses jovens bacharéis que saem da faculdade e querem trabalhar com essa temática para enfrentar profissionais altamente qualificados que trabalham em grandes escritórios para proprietários de terra e o nosso maior adversário, que é o Judiciário? Ele incute nas suas decisões um conteúdo altamente ideológico, que foge totalmente da questão do Direito.

Adotei o hábito de, toda vez que vou fazer sustentação oral no Tribunal de Justiça da Paraíba, solicitar depois os apanhamentos taquigráficos das sessões. Nelas está registrado tudo o que foi dito e nos dá a possibilidade de analisar porque alguém foi condenado ou absolvido.

A título de exemplo, em 6 de agosto de 2003, um representante da Comissão Pastoral da Terra foi julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba pela acusação de formação de quadrilha, o delito que mais causa condenação de lideranças de trabalhadores, por uma série de motivos, entre eles o que atinge a imagem do movimento e das lideranças. Quando sai publicado nos jornais que alguém foi condenado por formação de quadrilha, no meio do povo, isso tem um aspecto negativo muito forte. Trata-se de um delito que não precisa ser cometido, em princípio. Basta, em tese, a junção de mais de 4 pessoas e a imputação genérica contra elas. Então, esse é delito muito utilizado - chamado de delito guarda-chuva -, quando não se consegue pegar as pessoas por nenhum outro.

Um Desembargador, para fundamentar a condenação de um membro da Comissão Pastoral da Terra, argumentou:

*"Tem sido visto cotidianamente invasões como essas, que são as relações decorrentes dos conflitos agrários no Estado da Paraíba - aliás, não só no Estado da Paraíba, mas no País. Os senhores todos viram, apesar de não estar nos autos - apesar de não estar nos autos. Vou dizer, é uma apreciação minha, todos devem ter assistido, através de informações televisivas as invasões recentes ocorridas no Sul. O Ministro da Justiça, que, recentemente, visitou-nos, Thomaz Bastos, tem repetido, e eu acho graça quando chego a ouvi-lo, que o Governo está preparado e não vai permitir a quebra do ordenamento jurídico. Se isso ocorrer, a Polícia Federal e outros organismos estão prontos. Se isso não for quebra, o descumprimento de decisões judiciais, eu não sei mais o que seria descumprir e seguir uma desordem dentro da segurança jurídica. De vez em quando, o Ministro sai com esta: 'o Governo está preparado, o Governo vai tornar uma providência'. E o que é que se quer mais? Que haja mais mortes? Que outros brasileiros sejam sacrificados? A essas pessoas que estão sendo instrumentalizadas tem que se dar um basta, antes da incidência de fatos em proporções maiores. Tem que ser agora, tem que ser logo, e não esperar que aconteçam outros fatos piores."*

Disse ainda, no final do seu voto pela condenação, que no Brasil já aconteceram fatos piores do que em 1964, e ele não entende por que ainda os militares não se rebelaram.

Com relação a direitos humanos, enfrentamos a falta de transversalidade dentro dos currículos universitários, a falta de aprofundamento em ensino pelos profissionais de Direito. Vimos lutando para obter essa qualificação em direitos humanos, mas temos uma série de dificuldades. Conseguimos publicar livros em primeira edição. São raras as publicações nessa área. O material produzido é muito pouco.

Por último, Profa. Nazaré, a Paraíba teve experiência fantástica nessa área de formação, que foram 3 cursos de

especialização em direitos humanos. É uma pena que tenham sido extintos. O MEC, que já não os financiava, conseguiu extingui-los. Não há como atingir melhor a educação em direitos humanos do que por meio de cursos de especialização, que são multidisciplinares, da parte de extensão. Saiu edital recentemente do Projeto Reconhecer, espero que seja ampliado, porque nesse tipo de curso, de formação, nós da Rede Nacional de Advogados Populares vamos buscar a qualificação que não temos durante a graduação.

Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado, Dr. Noaldo Meireles.

Vamos ouvir o Dr. Ricardo Balestreri, responsável pelo Projeto de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Sr. Ricardo, fizemos alguns avisos e vamos reiterar o prazo de 15 minutos.

**O SR. RICARDO BALESTRERI** - Eu já sei! (*Risos.*)

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Ah! já sabe!

Agradeço, desde logo, ao Prof. Sérgio Adorno, que falou da necessidade da interdisciplinariedade e ao Noaldo, que expôs sobre a dificuldade que enfrenta. É verdade que, nas academias de polícia, na maioria dos lugares, tem mais hora/aula de direitos humanos, às vezes, do que no curso de Direito. O MEC tem feito um esforço gigantesco nesse sentido. Acho que vamos superar essa dificuldade.

**O SR. RICARDO BALESTRERI** - Bom dia, senhoras e senhores!

Quero, em breve tempo, sintetizar toda uma ordem de trabalho que se tem realizado. Vou procurar centrar minha fala naquilo que acho deve ser o interesse maior dos senhores, as ações que se tem feito em termos de educação em direitos humanos na área de segurança pública, particularmente fundadas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em Programa Nacional de Direitos Humanos.

Antes, para contextualizar um pouco, preciso dizer que dirijo, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Departamento encarregado do ensino, da pesquisa e da análise da informação em relação às forças policiais brasileiras, evidentemente com o impacto indutor que isso possa ter, porque todos sabem que o Governo Federal não tem uma predisposição nem capacidade legal de imposição das suas políticas aos entes federados. Dentro desse contexto, particularmente minha presença na SENASP é por uma história de 30 anos de militância em direitos humanos. Quer dizer, o Secretário procurou levar alguém da área de direitos humanos exatamente para que se reforçasse essa questão que é tão grave no campo desse vetor da segurança pública, que tem sido um vetor tradicional de violação, e, nesse tempo de militância, nos últimos 17 anos, particularmente dedicados a levar a questão de direitos humanos para a polícia. Isso só para identificar um pouco o conteúdo da exposição que vou fazer.

Antes de entrar diretamente nas ações concretas, porém, é importante dizer qual é o nosso entendimento da missão policial. Temos de construir um novo paradigma da missão policial. Vivemos numa democracia - ainda que um tanto pueril, um tanto adolescente, melhor dizendo talvez - e temos de aprender a pensar a polícia de uma outra maneira. Não podemos continuar com o paradigma que tínhamos sobre a polícia na época da ditadura. Então, o novo paradigma é, em primeiro lugar, de que a polícia é fundamental para a manutenção da ordem democrática. E, particularmente, é fundamental quando se contrapõe a ação policial ao crime organizado. Quer dizer, o crime organizado, hoje, é profundamente lesivo e sangra, particularmente, as classes populares diretamente através do domínio que impõe nos lugares de moradias mais pobres. E aí é importante que se caracterize: a favela, hoje, no Brasil, evidentemente não é a sede do crime organizado, que tem raiz invertida, sediado nos segmentos mais elegantes. Nos lugares mais pobres localizam-se os pontos de venda e há mão-de-obra barata para o crime organizado. Ali se impõe uma tirania fortíssima do crime organizado sobre essas populações já tão sofridas. Em segundo lugar, há um sangramento indireto através do fenômeno da corrupção.

A ação policial é, como missão, ainda que possa não ser bem executada muitas vezes, uma ação fundamentalmente de manutenção da ordem democrática. Acreditamos que a polícia tem uma missão pedagógica na sociedade. Quer dizer, os operadores policiais, particularmente junto aos operadores de saúde, e os operadores do sistema de ensino são talvez os 3 tipos de autoridades públicas mais presentes no cotidiano popular. Foi feita há algum tempo uma pesquisa nos Estados Unidos que, por evidência empírica, eu acho que daria mais ou menos o mesmo resultado no Brasil, onde se perguntou à população quem era o Governo. Majoritariamente, as respostas chegavam para definir o governo como sendo o Presidente e a polícia. Então, por que se define governo popularmente como o Presidente e a polícia? Volto a dizer: por evidência empírica, acredito que no Brasil seria similar. Porque a polícia, emblematicamente, é uma autoridade de balizamento, tem um papel importante nesse campo e representa fortemente a autoridade pública. Então, ela tem uma autoridade pedagógica. Vejamos a teoria junguiana, forçando-a um pouco. Jung dizia que os arquétipos são estruturantes da moralidade. Então, no nosso entendimento, os policiais deveriam ser autoridades arquetípicas e, particularmente, referenciadas no arquétipo do herói, não do herói onipotente, que é o anti-herói, o que julga, prende e executa, mas do herói que deveria dar exemplo à população, quando muitas vezes não é esse tipo de prática que vamos encontrar. Para concluir essa parte brevemente teórica, acreditamos que nós, da comunidade de direitos humanos, temos de deixar de querer que a polícia meramente respeite os direitos humanos. O respeito aos direitos humanos é uma dimensão extremamente pobre e passiva para um segmento que tem uma missão tão importante, como é o segmento policial na democracia. Acreditamos que temos de começar a desafiar a polícia não apenas para que respeite os direitos humanos, mas para que os promova.

Um dos fundamentos da polícia ocidental, na França, que é um dos seus embriões, que é a força pública, dizia explicitamente em seus estatutos que se criava a força pública para promover os direitos das pessoas. Então, qualquer coisa menos do que isso é desafio pequeno, e a polícia responde mal. Temos de começar uma cobrança no sentido da polícia como promotora. Uso uma metáfora, dizendo que no trem dos direitos humanos a polícia não pode ser um mero vagão, não tem de ir a reboque. Ela tem de fazer parte da locomotiva ao nosso lado. Então, esse é o desafio e a cobrança democrática que temos de fazer à nossa polícia.

Nesse sentido, vou centrar as nossas ações, porque acho que o interesse de todos os senhores é saber o que está conseguindo fazer o Governo Federal em resposta àquilo que foi proposto.

Quero abrir um parêntese aqui, com todo respeito à militância partidária, para não parecer que o que vou fazer agora é propagandístico. O nosso grupo da SENASP se identifica muito com o grupo mais técnico. E eu, particularmente, por opção pessoal, não tenho militância partidária. Minha militância é no campo de direitos humanos. Então, o que vou fazer aqui é contar aos senhores o que está acontecendo de real e que não tem caráter propagandístico. É apenas no sentido de socializar, porque socializamos muito mal as questões que fazemos. Às vezes, eu digo que o próprio Governo não sabe o que faz. Então, é importante que comecemos a contar essas coisas. Agora há pouco, em Genebra, tive oportunidade de contá-las ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, e a Presidente da Conferência, ao final, expressava a sua grande surpresa por não ter a menor idéia de que se fazia tudo isso no Brasil. Então, pelo menos nós, brasileiros, temos de saber o que se está realizando em termos de educação policial nessa área.

Em primeiro lugar, é uma novidade. O grande poder indutor da SENASP se dá em torno do Fundo Nacional de Segurança Pública, que é pequeno, é um terço do que deveria ser. Mas, num País com tantas carências como o nosso nessa área, esse pequeno fundo tem um grande poder indutor, especialmente em Estados que não têm tantos recursos. Esse fundo era tradicionalmente distribuído com critérios meramente técnicos e quantitativos. Qual é o número de policiais no Estado? Qual é o volume de criminalidade no Estado? Aí eles faziam um rateio disso. Temos uma grande novidade histórica. Neste momento, temos 31 critérios meritocráticos para distribuição de fundos. Achamos que estava na hora de começar. A par dos critérios quantitativos - que por razões políticas não se consegue derrubar, não há, na correlação de forças, poder suficiente para isso -, temos 31 critérios de mérito.

Vou dar alguns exemplos de mérito, perguntas feitas nos Estados. No seu Estado, há uma política permanente e sistêmica de educação em direitos humanos para policiais? Se há, pontue. Se não há, não pontue. Há, no seu Estado, uma política permanente de cuidado de gênero, por exemplo, delegacias e segmentos relacionados à mulher? Se há, pontue. Se não há, não pontue. Há um processo permanente de combate à homofobia na segurança pública? Há um processo permanente de cuidado com a questão de igualdade de direitos em relação à raça? E assim por diante. Esses critérios pontuam e aumentam ou diminuem os recursos que as Secretarias de Segurança Pública vão receber. Então, essa notícia é absolutamente inovadora. O País não tem conhecimento disso. A mídia não dá espaço para divulgar esse tipo de coisa. Esse é o cachorro que morde o homem e não o homem que morde o cachorro, como, desgraçadamente, estuda-se nas faculdades de jornalismo. Essas duas notícias não têm tido espaço para divulgação. É importante que, especialmente nós, militantes dos direitos humanos, façamos com que repercutam mais esses fatos.

Em segundo lugar, neste momento, há um processo em curso chamado Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública - RENAESP. Tivemos uma experiência piloto na Universidade Federal da Bahia, já concluída, extremamente bem-sucedida, que deve dar margem agora a uma nova experiência de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em segurança pública.

A novidade que trago aos senhores é que vamos iniciar este ano - a maior parte das universidades, 22, já está credenciada - experiências de especialização em segurança pública. Serão 21 experiências presenciais, para até 50 alunos, totalmente bancados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, e uma experiência de ensino a distância - a instituição credenciada é a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em convênio com a Universidade de Madri - para 550 policiais. Então, já este ano, formaremos 1.600 policiais especialistas em segurança pública.

Qual a diferença? Não é só do ponto de vista acadêmico, não é só porque os policiais vão ter mais conhecimento acadêmico, o que por si só já seria importante. A Nazaré fez parte da Comissão que, em nome do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, credenciou essas universidades. O pano de fundo do trabalho de especialização em segurança pública é a questão dos direitos humanos. Não aceitamos experiências que não tragam explícita e transversalmente a questão dos direitos humanos, onde não apareçam as questões de gênero, racial, de combate à homofobia e dos direitos etários - crianças, adolescentes e idosos.

É importante dizer aos senhores que isso, a médio prazo, pode significar uma revolução no contexto da liderança de segurança pública no Brasil. Criaremos uma geração de inteligência. Não inteligência no sentido vulgar que a Polícia Civil usa - inteligência meramente investigativa -, mas inteligência que será também antropológica, sociológica, histórica, de efetivo conhecimento da população e da realidade estrutural e conjuntural do País.

Há um desdobramento disso. Estamos criando, na RENAESP, o primeiro curso nacional de especialização em polícia comunitária. Queremos tirar a polícia comunitária da marginalidade, de ser apenas para inglês ver e para ganhar dinheiro da SENASP. Desejamos mostrar que ela é a melhor forma de polícia em relação à defesa dos direitos humanos e trazê-la para o contexto e *status* do conhecimento acadêmico. Estamos providenciando a criação desse primeiro curso possivelmente com a UNISUL, que também é experiente em ensino a distância, para 200 especialistas.

Há, neste momento, 10 mil alunos policiais matriculados no ensino a distância. O que interessa ao nosso público de direitos humanos é que o processo de ensino a distância está totalmente fundamentado na questão dos direitos humanos, transversal e explicitamente.

Não tenho tempo de falar dos programas, mas, se tivesse, os senhores veriam que quase todos eles estão ligados de maneira explícita a direitos humanos. Estamos criando - no próximo mês já deverá estar em funcionamento - a *TV Corporativa de Segurança Pública*, que deverá atingir ainda este ano mais de 70 mil policiais e suas famílias. Queremos ampliar isso para as redes de televisões estaduais e para as redes de televisões universitárias, com quem já fizemos contato.

A *Televisão Corporativa de Segurança Pública* também está fundamentada em direitos humanos. O programa carro-chefe chama-se *Conexão Cidadania*, precisamente sobre as relações entre segurança pública e direitos humanos. O último programa gravado foi com o Deputado Orlando Fantazzini sobre baixaria na TV e as conseqüências disso na banalização da violência, inclusive na formação da mentalidade policial brasileira.

Pela primeira vez, na história do Brasil, há uma matriz curricular nacional integrada já sendo utilizada em 17 Estados, profundamente referenciada - quem leu o texto sabe disso - na questão dos direitos humanos. Queremos, nesse contexto, superar, no tema de direitos humanos em academias de polícia, o historicismo e o juridicismo. Muitas vezes, há a cadeira de direitos humanos nesses cursos, mas é muito historicista e juridicista e não muda as atitudes e as práticas policiais.

Temos um portal nacional de segurança pública, cuja tecnologia é do Grupo da DH Net, do Roberto Monte. Às vezes, há uma ou outra acusação de gente com má compreensão, porque é difícil mudar paradigmas, em que se diz: "*Isso aí não é um portal de segurança pública, é um portal dos direitos humanos*". Na verdade, ele tem assento na segurança pública, mas está absolutamente transversalizado em direitos humanos. Há lá, inclusive, um banco de teses e monografias, e grande quantidade delas tem referência em direitos humanos e segurança pública.

Estamos realizando as jornadas nacionais de direitos humanos. Neste ano, mais de 3 mil policiais foram sensibilizados pelas jornadas, também com uma linha motivacional sensibilizatória não historicistas nem jurista. Infelizmente, não tenho tempo de versar sobre isso, mas todos aqui conhecem o que significa a formação conseqüente, diria construtivista, de direitos humanos junto a adultos também.

A Escola de Protagonismo Policial - ESCOPOL, numa breve frase, formará lideranças intermediárias. Por exemplo, tenentes e capitães policiais militares que têm duplo fluxo de autoridade no presente e no futuro das corporações, porque serão os futuros coronéis. E essa formação também está transversalizada e explicitada em relação a direitos humanos.

A primeira formação da ESCOPOL é em Análise Transacional - Relações Interpessoais, realizada por uma equipe de psicólogos que têm origem na União Nacional de Analistas Transacionais e na militância dos direitos humanos.

Temos uma câmara técnica contra a homofobia, o que é, no bom sentido, um escândalo na segurança pública, porque no mundo inteiro a Polícia é profundamente homofóbica - não é só no Brasil. De maneira geral, ressalvadas as honrosas e boas exceções, a homofobia é uma questão muito forte no campo da segurança pública e funciona a pleno um grupo de trabalho contra a homofobia na segurança pública.

Quero anunciar aos senhores, em primeira mão, que vamos ter no Brasil a primeira pesquisa nacional de vitimização com padrões internacionais, em parceria com o IBGE. Deverá ocorrer na próxima semana uma reunião a respeito. Até hoje, o Brasil não teve uma pesquisa nacional de vitimização, porque é cara. Essa deverá custar em torno de 8 milhões, e o processo já começa este ano.

Temos preocupação com os direitos humanos dos policiais. Nesse sentido, há uma ação - vou ter de sintetizar muito - de apoio psicossocial da Polícia, cujo início se deu também neste ano, já com dinheiro reservado, a parte mais difícil, para os centros de atendimento psicossocial.

Para os policiais que muitas vezes têm seus direitos barbaramente violados em algumas corporações policiais - não em todas, evidentemente -, temos uma política de redução da letalidade, o que não é prioridade, por exemplo, para projetos de armamento não-letal.

Para tanto, ouvimos a Ouvidoria da Flórida, Estado que conseguiu reduzir a praticamente zero a letalidade com a simples introdução de armas que vulgarmente chamamos de armas de choque - armas de interrupção, por 27 a 30 segundos, de movimentos físicos, para que o policial possa algemar o preso sem precisar atirar com arma de fogo. Essa política, no meu entendimento, também está relacionada com direitos humanos.

Ouvidorias. Estamos associados à Secretaria Especial de Direitos Humanos nesse projeto, inclusive sustentando fortemente, do ponto de vista econômico, algumas Ouvidorias estaduais, como é o caso da de Minas Gerais e da do Rio Grande do Norte, que têm trabalhos pró-ativos de formação em direitos humanos para os seus policiais.

Corregedorias de Polícia mais fortes. Neste momento, na Paraíba, realiza-se o Encontro Nacional de Corregedores de Polícia - e a SENASP defende firmemente a sustentação econômica das Corregedorias. Elas precisam ser cada vez mais autônomas.

Concluo, dizendo que todo esse projeto destina-se a mudar a cultura policial. Queremos superar o paradigma que denominamos "mais no mesmo": mais armas, mais viaturas, mais dinheiro investido e os operadores e as operadoras de segurança pública com a consciência, muitas vezes, umbilicada à cultura da ditadura militar.

Temos de superar isso com a formação, no Brasil, de um novo tipo de polícia democrática, o que só será possível mediante maciço investimento, com centro na questão dos direitos humanos, nos recursos policiais brasileiros.

Os senhores devem estar se perguntando por que a Polícia brasileira em seu conjunto ainda não mudou. Porque evidentemente o trabalho cultural leva algum tempo. Estamos muito empenhados nisso no atual Governo. Temos de ser justos e dizer que tudo começou no Governo anterior. Mas nós intensificamos muito no atual Governo e acreditamos que a médio prazo, uma ou duas gerações de policiais, poderemos ver e sentir as conseqüências e as diferenças.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Muito obrigado, Dr. Balestreri. V.Sa. ultrapassou em 2 minutos o seu tempo, mas a Mesa foi flexível.

**O SR. RICARDO BALESTRERI** - Isso é um recorde para mim!

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cripriano) - Quero lembrar que a Polícia Militar de Minas Gerais - Minas foi aqui citada - elaborou importantíssimo manual de abordagem para a população de rua, negros, homossexuais e religiosos, grupos que sofrem discriminação.

Ajudamos a Polícia Militar no financiamento e na produção desse manual e queremos que ele seja conhecido por todos.

Também recentemente foi publicada a *Cartilha dos Direitos e Deveres do Preso* - acho até que foi disponibilizada entre nós. É a Polícia Militar mineira dando a sua contribuição.

Mas vamos adiante, senão atrasa tudo.

Passo a palavra ao Sr. Rogério Tomaz Júnior, da INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

**O SR. ROGÉRIO TOMÁS JÚNIOR** - Bom-dia a todos.

Em primeiro lugar, devo registrar que deveria ter vindo o Prof. Murilo César Ramos, da UnB, que muitos conhecem.

Infelizmente, porém, em decorrência de fato que também nos deixou muito tristes, ele foi ao enterro, em Porto Alegre, de Daniel Hertz, militante histórico da democratização da comunicação, e só chegou nesta madrugada a Brasília.

O INTERVOZES faz parte de uma articulação internacional pelo direito à comunicação chamada CRIS Brasil - Communication Rights in Information Societies: Direitos da Comunicação na Sociedade da Informação.

Também sou jornalista da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, onde trabalho com Flávio Valente, que muitos devem conhecer.



Vou fazer uma provocação imaginem uma escola que ensina que negro, por natureza, é suspeito, tem a cor do pecado; que mulher é o sexo frágil; que índio é preguiçoso; que sem-terra é terrorista, delinqüente, vândalo; que morador de rua é vagabundo. Imaginem uma escola que tenha esse tipo de diálogo com seus educandos. Os senhores podem achar um absurdo, mas ela existe e é a maior do mundo: os meios de comunicação.

Logo em sua abertura, o Plano Nacional menciona que "a mídia tornou-se instrumento indispensável do processo educativo." Discordo dessa afirmação, porque ela não é instrumento - ela é processo educativo.

Isso fica claro quando dados apontam que as crianças brasileiras passam, em média, 4 horas por dia assistindo à televisão. E temos de agregar a esse dado que 97% dos lares brasileiros têm um aparelho de TV, mais até do que geladeira.

De outro lado, o mercado editorial informa que o "consumo" - entre aspas -, em média, por ano, do brasileiro é de menos de 1 livro. Temos o hábito de ler bastante, por necessidade profissional, opção e prazer, mas o brasileiro lê menos de 1 livro por ano.

Fiz essa provocação inicial para termos noção do que falamos quando nos referimos aos meios de comunicação, qualquer que seja.

Painel de educação e direitos humanos. Não podemos deixar de dizer que, para grande parte daqueles que defendem o direito humano à comunicação - direito novo, tema de encontro no ano passado -, Paulo Freire, fortíssima referência para nós e também um teórico da comunicação, lançou as bases dos princípios do direito à comunicação num ensaio em que relatou trabalho que fez no Chile com extensão agrícola. Nele, diz claramente que comunicação é educação e educação é comunicação, na medida em que ambas são diálogo e não podem ser tratadas como processo unidirecional.

Por outro lado, há uma contradição nos cursos de comunicação, excluindo os de Pedagogia e de Educação, nos quais Paulo Freire é um ilustre desconhecido, um velhinho de barba que aparece em fotos nos corredores, em cartazes de eventos que falam sobre educação freiriana.

Vou falar sobre 5 eixos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos relativamente a educação e mídia.

Já fiz uma provocação inicial. A mídia não pode ser tratada com mero instrumento. Tem de ser parte do processo, elemento fundamental, preponderante dele, no contexto político. Os meios de comunicação são os grandes legitimadores da hegemonia em que vivemos, brutal, que está nos planos político, econômico e cultural.

Em termos políticos, ela se expressa pelas idéias dominantes na esfera pública. Teria vários exemplos a dar sobre isso.

Basta lembrar o referendo das armas: qual foi a visão de mundo que saiu vitoriosa?

Em termos econômicos, são os meios de comunicação que propalam e reafirmam cotidianamente a idéia de que não há alternativa fora da política econômica aplicada nos países da América Latina, do Terceiro Mundo, embora os do Primeiro Mundo não a usem.

No plano cultural, para dar exemplo do que significa essa hegemonia, todos sabem que os meios de comunicação - rádio e TV - são concessões públicas, têm a mesma natureza jurídica das empresas que exploram transporte coletivo. No entanto, a quase totalidade das pessoas não têm essa percepção de que é uma concessão pública, que as concessionárias têm deveres a cumprir bem explicitados constitucionalmente.

Esse foi o primeiro eixo: temos de encarar os meios de comunicação como parte fundamental do processo da informação atual, uma necessidade do conhecimento.

O segundo ponto diz respeito aos profissionais de comunicação. Existem algumas propostas de ação relacionada a eles, como atividades de formação, de "capacitação" - entre aspas.

Aqui foi referida a formação no ensino superior. No curso de comunicação, em todas as habilitações - jornalismo, relações públicas, publicidade, cinema -, o valor dominante é o da sociedade que diz que direitos humanos é algo abstrato, que é o povo que defende os coitados, os bandidos etc. E aqui há pessoas que não me deixam me mentir - o Prof. João Freire; o Fábio, que foi militante do movimento estudantil de comunicação; o Ivan; a Alessandra Leite. Todos sabem muito bem que os currículos de comunicação são paupérrimos. Quando algum parente ou algum jovem me diz: "*Tenho vontade de ser jornalista*", respondo: "*Então, vai fazer Ciências Sociais*". O curso de Ciências Sociais, nas condições atuais, oferece instrumentos muitos mais eficientes para uma atuação qualificada enquanto jornalista e profissional da comunicação. Sinceramente, costumo fazer essa defesa - poderíamos até debater o assunto, mas não é o nosso caso. Enfim, fiz essa constatação durante o movimento estudantil, que também é social.

O terceiro ponto trata do controle público e social da mídia falada. Existe inclusive a proposta de se fazer parceria com a campanha "Quem financia a baixaria contra a cidadania", nossa principal experiência de acúmulo de ações de controle público e social da mídia - por sinal, tratada como censura por todos os meios de comunicação, inclusive a mídia hegemônica e dominante. Quando se menciona a palavra controle social e público, para eles é o mesmo que censura. Nem se discute o contrário.

Basta lembrar o caso da ANCINAV - - não sei se os senhores acompanharam em 2004 -, que seria uma agência de regulação. O projeto seria discutido no Congresso Nacional, haveria um processo de debates, mas os meios de comunicação simplesmente rechaçaram sequer a possibilidade de se travar esse debate numa Casa como o Congresso Nacional, massacraram o projeto, dizendo que era estalinismo, dirigismo cultural etc., retiraram-no de pauta e não tivemos oportunidade de discutir a criação de Agência reguladora para o setor audiovisual. Todavia, nas chamadas grandes democracias, tais órgãos existem há décadas e foram inclusive implantados por decretos presidenciais.

É, portanto, importantíssimo avançar no campo do controle público social de mídia. Liberdade de expressão é direito e garantia fundamentais, porém não pode ser considerada valor absoluto, como argumentam os radiodifusores e os seus porta-vozes. Sabemos que não é bem assim.

O quarto ponto trata do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que, na medida do possível, deve interagir com outros órgãos. Tenho certeza de que os movimentos de comunicação se colocam à disposição para dialogar com o comitê no sentido de incorporar ao plano elementos dos direitos humanos na comunicação.

Sem me aprofundar muito, cito rapidamente algumas dimensões dos direitos humanos na comunicação: o direito à informação, consagrado no campo jornalístico, constante no Código de Ética da FENAG e na Constituição; o direito à liberdade de expressão; o direito de ter acesso às tecnologias da comunicação e da informação; o direito a expressar a

subjetividade por meio da cultura; o controle público, como já foi aqui dito, é importantíssima dimensão dos direitos humanos na comunicação, em especial na participação da sociedade civil e na efetiva formulação e implementação de políticas públicas nos diversos segmentos de direitos humanos. Todos têm seus conselhos, seus processos de conferência, assim como nós, enquanto na comunicação o máximo que existe é o Conselho de Comunicação Social, órgão que faz parte da cota do Senador José Sarney. S.Exa. é quem indica o Presidente e os componentes, desrespeitando inclusive todos os princípios de equilíbrio e composição resultantes de 13 anos de luta para que o Conselho fosse instalado.

Para finalizar, além da incorporação do direitos humanos à comunicação, também é citado no Plano o acesso e a difusão dessas tecnologias e as competências e habilidades a elas relacionadas, as chamadas TICs. .

Muitos dos senhores receberam um encarte sobre TV digital. Discutimos o processo de transmissão digital de rádio e televisão no Brasil. Frequentemente, sofremos derrotas específicas, o que nos leva a crer que dificilmente teremos um sistema que atenderá aos interesses da sociedade brasileira, sobretudo tendo em vista que o processo não vem sendo conduzido de forma transparente, pública, e favorece a uma categoria, os empresários das telecomunicações, pois somente eles têm espaço para dialogar.

O processo vem sendo feito de forma invertida. Há tecnologia disponível, mas o processo está sendo discutido da seguinte maneira: vamos escolher entre as opções tecnológica que estão à mão, os padrões japonês, norte-americano e europeu, ou incorporar algumas inovações feitas pelos pesquisadores brasileiros?

Depois de escolher a tecnologia, vamos dizer o que fazer com ela, quantos canais vão se abrir para a sociedade civil, como vai ser o processo de concessão. Agora, onde cabe um canal de televisão caberá até 6. Tudo vai depender de decisões técnicas, políticas, que deveríamos ter tomado antes. Mas, não. Escolhe-se antes o modelo tecnológico, o que vai amarrar bastante as possibilidades de democratização da comunicação e, obviamente, como estamos dizendo, de promoção dos direitos humanos à comunicação, em termos universais.

Coloco-me à disposição para o debate. Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Concedo a palavra à Sra. Vera Leonelli, da ONG Jus Populi, da Bahia.

**A SRA. VERA LEONELLI** - Agradeço à organização da conferência pelo convite.

Minha experiência na área de educação informal para os direitos humanos está ligada ao Projeto Axé, que na Bahia desenvolve atividades de educação de rua. Com isso, foi necessário que desenvolvêssemos também experiências de educação informal para os educadores, para policiais, e a finalidade do projeto é cumprida por meio da educação informal. A Jus Populi, organização em que atuo mais intensamente, é voltada para a educação, para os direitos e para a mediação de conflitos e orientação sobre direitos em bairros populares.

Essa é a minha experiência, modesta, por isso quero dizer que vou falar de forma limitada, reconhecendo que existem no Brasil - e as conheço de perto ou de longe - inúmeras experiências importantíssimas na área de educação informal para direitos humanos.

Começo falando da dificuldade de definir o que seja educação não-formal. Na verdade, o que me parece mais próximo de uma definição, embora muito sintética, é considerar como uma relação de ensino/aprendizagem que está fora dos sistemas formais de ensino. No nosso caso específico, trabalhamos com educação não-formal para os direitos humanos.

Tanto a educação para os direitos humanos formal quanto à não-formal, como já observado na manifestação de todos expositores, têm um objetivo, têm um horizonte: a participação, a formação da cidadania, o que, em última instância, é o investimento na efetivação dos direitos humanos.

Diz Bobbio que tudo de que precisamos é investir na promoção dos direitos humanos, porque a fundamentação estava feita. Parece-me que no Brasil ainda temos papel importante no trabalho de fundamentação dos direitos humanos, de convencimento da sociedade em relação aos direitos humanos. Então parece que esse também é um papel que fica tanto para a educação formal quanto para a informal.

A educação informal é chamada também de educação política, popular, comunitária, social. Ela tanto pode estar dirigida para segmentos da base, segmentos pobres da população, como para as elites. A experiência na qual baseio a minha fala é a de educação não formal para direitos humanos voltada para comunidades populares, principalmente população de rua. Aqui tenho o depoimento de uma pessoa que participa de experiências de educação informal, é uma liderança comunitária. Ela diz:

*"A escola informal influencia na minha vida a partir do momento em que percebo a lacuna deixada pela escola formal, que não cumpre seu papel como instrumento educador, formador de cidadãos. Minha sala de aula se dá no momento em que me envolvo no movimento social que me oportunizou conhecer, entre diversos grupos, a grande diversidade dos mesmos. Com os cursos, palestras, oficinas, seminários, entre outros, foi possível despertar uma consciência crítica, analítica, para um crescimento intelectual, e o resgate de minha identidade e de minha história. Tudo isso serve como instrumento para buscar novos caminhos que processem a transformação de uma sociedade que se alimenta da desigualdade social, do racismo, da miséria de um povo que construiu este País."*

Temos esse depoimento de uma pessoa que está muito envolvida com a educação informal e, por outro lado, o reconhecimento institucional, legal da educação informal na própria Constituição, que diz que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e tem por finalidade o exercício da cidadania. Em seguida, elenca princípios que devem ser buscados pela educação, como igualdade, liberdade, pluralidade etc.

Na Lei nº 9.304, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, também temos uma abertura para a educação informal, na medida em que admite que a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, na organização da sociedade civil e nas manifestações culturais. Eu acho que todas essas formas já foram citadas aqui pelos participantes desta Mesa.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos também faz uma referência que acho importantíssimo repetir, qual seja a que a educação é tanto um direito humano em si mesmo como um elemento fundamental para o exercício e efetivação de outros direitos.

Essa é uma tarefa dos movimentos sociais, das ONGs, dos meios de comunicação, mas também do Poder Público. O Poder Público também exercita, executa, desenvolve, promove muitos programas, projetos e atividades de educação informal, que não está limitada ao não-governamental, ao terceiro setor.

A educação não-formal se caracteriza por uma relação, como já disse, voltada para uma cultura de construção de direitos humanos, implicando em valores, normas e práticas voltadas para a igualdade, a diversidade, a democracia etc., cujos objetivos são, segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a formação para a cidadania - e isso, me parece, a caracteriza como uma tarefa política - com a possibilidade de formar pessoas capazes, por exemplo, de exercer o controle social da mídia; de exercer uma crítica em relação tanto aos poderes formais como à própria mídia.

Segundo o Plano Nacional, é preciso também qualificar para o trabalho; promover a educação de práticas voltadas para a comunidade e possibilitar um ensino formal. Creio que essa é também uma função importante da educação não-formal. Ela tem servido de ponte para a educação formal. Pelo menos na Bahia, temos a experiência de algumas organizações, como o Instituto Steve Bico, de Salvador, a SEAFRO e outros, que desenvolvem trabalhos voltados para preparar adolescentes e jovens para as universidades. Então, a educação não-formal cumpre as funções - acho que não podemos nunca pensar em substituição da educação formal - de complementar e facilitar o acesso à educação formal, funções que são muito necessárias.

A educação informal também implica em algumas estratégias - e estou falando daquilo a que me referi, da educação voltada para as camadas populares. Acho que temos que pensar, como estratégia, na descentralização, na territorialização da educação informal para direitos humanos. Quando falo nisso me lembro de 2 exemplos da história: o de Paulo Freire, um referencial para todos nós, e a experiência atual da Venezuela, o Programa Barrio Adentro, que, iniciado com objetivos voltados para a área da saúde, tem sido enriquecido com a educação para os direitos, para a cidadania.

Essa identificação das áreas de atuação, com muita atenção para os bairros populares, é fundamental. Agora, é preciso também a percepção, o cuidado de não isolar as pessoas nos seus bairros. Nossa experiência em Salvador tem sido a de descentralizar, mas verificamos que, muitas vezes, as pessoas não saem de seus bairros por impossibilidade material absoluta de se deslocar e viver plenamente a cidade. Então, é necessário que se chegue a esses bairros, mas com o objetivo de provocar a possibilidade de se viver a cidade.

Eu não sei se seriam estratégias, poderíamos chamar de metodologias, mas me parece que são pontos importantes na educação informal a constituição de grupos de educandos ou participantes, como se queira chamá-los, com a possibilidade de organização - organização em rede, organização para atuação política - e potencialização do conhecimento que se possa construir nessa relação para o desenvolvimento social e político.

Um outro cuidado que temos que ter na educação informal é evitar, na medida do possível, as formas muito tradicionais de mobilização e treinamento. Essa forma que estamos vivendo aqui hoje tem sentido neste momento, nesta circunstância. No desenvolvimento de programas de educação informal é muito difícil se fazer seminários, com várias pessoas falando, prendendo a atenção de um público que não está habituado a ouvir somente. Acho que temos que ter essa preocupação nos treinamentos de forma a possibilitar o maior número possível de participantes nesse processo.

Para uma eficácia do discurso, temos que pensar em conteúdos e formas em linguagem compatível com as formações que tenhamos que cumprir sem subestimar, no entanto, a capacidade das pessoas de entender as coisas, e eu acho difícil se alcançar esse equilíbrio. Muitas vezes, juristas importantíssimos, ao escrever alguma coisa voltada para segmentos populares, infantilizam a linguagem, quando o necessário seria traduzir, possibilitar o enriquecimento da linguagem dos participantes, dos educandos sem subestimação.

A utilização da estética da transcendência, da beleza, da arte, também me parece... *(Falha na gravação.)*

**O SR. COORDENADOR** (Parly Cipriano) - Independe de nós esse ruído. Não sei nem a quem pedir um SOS aqui. *(Pausa.)*

**A SRA. VERA LEONELLI** - Tudo O.k.? Ótimo! Então vamos prosseguir.

O Axé, por exemplo, como você falou que a comunicação é a própria educação, trabalha com a arte como educação, acreditando que esse é um caminho possível, produtivo e eficaz.

Eu acho que é preciso também que nesse trabalho de educação informal se considerem as mídias. Nós, que trabalhamos em áreas comunitárias, consideramos muito a grande mídia, mas muito também as mídias comunitárias, as mídias populares. As pessoas que operam estas mídias são participantes privilegiadas do processo de educação informal, porque são difusores, são multiplicadoras de uma cultura voltada para os direitos humanos.

Nas metodologias, é claro, temos de reconhecer os saberes prévios. Por mais pobres, por mais comunitárias, por menos idade que tenham as pessoas, elas são portadoras de algum conhecimento, e esse conhecimento precisa ser valorizado, precisa ser reconhecido, precisa ser trazido para a construção de um saber novo.

A dialogicidade e a dialética também são importantes, assim como a ludicidade e a arte, a que já me referi.

A relação entre os conteúdos trabalhados e a realidade dos participantes também é importantíssimo que se considere na educação voltada para policiais, para guardas municipais, para educadores sociais, para lideranças comunitárias. Tudo é muito do ato da aprendizagem de Paulo Freire.

Dosagem equilibrada e útil entre o material bibliográfico. Precisamos preparar e distribuir bem o material, estimulando a leitura, mas com dosagens realmente atraentes e possíveis. O conforto material também é importante na educação informal, na educação popular. No axé, a gente trabalha muito essa idéia. Não é verdade que para pobre qualquer coisa serve. Temos de nos esforçar para encontrar condições materiais minimamente confortáveis para criar uma ambiência favorável à aprendizagem.

Os conteúdos a serem trabalhados, como já se disse várias vezes nesta Mesa, têm de contemplar a multidisciplinaridade. Então, mesmo que trabalhem com pessoas apenas alfabetizadas, é preciso que incluamos nesses projetos conhecimentos de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Política, Economia, Direito, Comunicação etc., considerando a universalidade dos direitos, mas também as especificidades. Acho que a boa dosagem entre especificidade e universalidade é importantíssima na educação para os direitos humanos de uma maneira geral, para evitar os corporativismos.

Por fim, eu queria dizer, sem juridicismo algum, que me parece importante na educação popular, na educação informal, não sei se privilegiar, mas contemplar com muito cuidado a questão do Direito. Acho que a RENAP, a Rede de Advogados

Populares, entende muito bem, assim como a ATR e muitas outras organizações, a lógica do Direito como instrumento de emancipação que não faz tudo, mas pode fazer alguma coisa pelo desenvolvimento social.

Vou encerrar, porque já ultrapassei o meu tempo.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - O tempo foi exato.

A Vera Leonelli eu conheço há muitos anos. Sou eu quem mais faz comercial do trabalho que ela realiza, e sem receber cachê. Mas, como sou de uma geração que antigamente usava codinome, ou nome de guerra - eu era Pedro Ramos -, pensei que talvez ela estivesse aqui com nome de guerra.

Vencida esta etapa, vamos passar agora aos comentários.

A Mesa não está sendo rígida. Lembrem que o Balestreri falou 2 minutos a mais. Continuaremos agindo da mesma forma. Vamos começar pelo tema *Educação não-Formal*, com a querida Margarida Genevois. O tempo agora será menor, porque depois vamos abrir um debate. Fiquemos na expectativa para o debate, que começa daqui a pouco. Ninguém se sintam ainda excluído.

Pelo que entendi, os oradores vão falar de onde estão. Sei que é ruim, porque a pessoa vai falar de frente para cá, mas tecnicamente não vejo outra saída, a não ser que eu me disponha a sair daqui.

Nazaré, se alguém arranjasse uma cadeira, acho que resolveríamos isso. Dali ela vai falar olhando para nós, mas de costas para os outros. De costas para o quadro, tudo bem, mas de costas para os outros não é bom.

Estou quase sugerindo que o mais jovem de nós, democraticamente, seja voluntário para ceder seu lugar por 5 minutos, para, em seguida, chamarmos os outros expositores - democraticamente um jovem aceita essa proposta. *(Pausa.)*

**A SRA. MARGARIDA GENOVOIS** - Parece que estou revivendo sessões passadas de que participei e posso dizer que é uma alegria enorme encontrar amigos de sempre, companheiros e militantes de tantas batalhas.

A minha fala será mais um adendo ao que já foi exposto aqui. Companheiros que me antecederam já abordaram alguns pontos aos quais iria fazer referência.

Quero apenas refletir com vocês um pouco da minha modesta experiência, mas uma experiência de vida de mais de 50 anos. Realmente, os direitos humanos têm sido a principal preocupação da minha vida. Dediquei-me a isso com muito entusiasmo e com a convicção de que é respeitando os direitos humanos que se muda uma sociedade. Sem respeito a eles não há justiça, não há democracia.

Mesmo assim temos visto o quanto é mal compreendida essa idéia sobre os direitos humanos. Já passamos por aquela fase, que todos aqui conhecem, de sermos defensores de bandidos, ou também considerados com desprezo e suspeita, mas hoje a situação melhorou um pouco, teoricamente já se admite e é politicamente correto aceitar direitos humanos. Lembro aqui - isso já aconteceu há algum tempo - de um Vereador de São Paulo que disse num programa eleitoral, que, se eleito, combateria os direitos humanos. Isso mostra uma ignorância absurda. Não é possível uma pessoa que deseja ser político dizer uma barbaridade dessa. Então, se evoluímos é muito mais *pro forma*; na verdade, é correto defender direitos humanos, mas quem acredita mesmo e segue essas idéias ainda não é maioria, infelizmente.

Na nossa concepção, direitos humanos é informar, formar e mudar. Educação em direitos humanos tem a finalidade de mudar mentalidade. Não basta boas leis e boas diretivas, se não conseguimos mudar a cabeça das pessoas. Isso tem que vir das mentes e dos corações, como dizia Perez Aguirre, famoso educador uruguaio, um grande incentivador do Serviço Paz e Justiça - SERPAJ, que todos aqui devem conhecer, instituto pioneiro na América Latina.

Depois de participar de lutas importantes - algumas até perigosas - durante o período ditatorial, minha experiência evoluiu com a redemocratização do País e passei a estudar e defender os direitos econômicos e sociais. Assim, cheguei à conclusão de que o mais útil a se fazer, sempre procurando melhorar, era a educação em direitos humanos. Ou seja, se não mudarmos as mentes e os corações, e aqui a sensibilidade é um fator essencial, não conseguiremos evoluir. Impor leis dizendo que tem de haver respeito a outrem não basta. É preciso muito mais do que isso.

Este é o principal desafio de todos nós que estamos aqui interessados e discutindo com entusiasmo esse tema. Houve época, nas minhas andanças, em que eu participava muito da Rede Latino-Americana de Educação em Direitos Humanos. E, com muita surpresa, vi que em outros países havia redes nacionais, e que as pessoas que formavam esses grupos de Educação em Direitos Humanos eram muito parecidas comigo, isto é, eram militantes de movimentos contra a ditadura. Assim, todos chegamos à conclusão de que esse era um trabalho muito importante, nem sempre compreendido, nem sempre valorizado.

Direitos humanos é um estado de espírito. Você tem a perspectiva que é basicamente o respeito ao direito do outro, à Justiça; é ter tolerância e compreensão, sentimentos que, como eu disse, vêm do coração.

Agora, como chegar a isso é um desafio diário, e vocês já abordaram aspectos bastante interessantes. Temos de descobri-los no dia-a-dia. Isto não se ensina nem se aprende em salas de aula; isto vem da intuição, da disponibilidade, sobretudo da Justiça.

Fundamos em São Paulo, com um grupo de amigos, uma rede nacional de educação em direitos humanos. Realizamos em 1985 um grande Congresso - foi o primeiro e aconteceu em São Paulo - e temos promovido muitos cursos. À época, iniciamos cursos - e recebemos apoio total do Paulo Freire - de direitos humanos para professores da rede municipal. Organizamos vários cursos, inclusive um aqui em Brasília, na época do José Gregório. Um curso para monitores do serviço civil voluntário, e um dos cursos em que obtivemos mais sucesso. Tenho até hoje relatórios dos participantes que emitiram sua opinião a respeito do curso. Fico muito comovida. Quando estou com a moral em baixa, meio desanimada, leio aqueles relatórios. Participaram professores e universitários, não eram pessoas com pouca instrução, que disseram que o curso abriu seus horizontes, que eles não seriam mais os mesmos e que mudariam o seu modo de ser. Por quê? Não havíamos feito nada de extraordinário; mostramos apenas que reconhecemos e defendemos a dignidade da pessoa humana. Era o ponto de partida daquele curso. Você é uma pessoa única, não existe ninguém igual a você no mundo, você tem de respeitar a si mesmo e, como correlato, respeitar a dignidade do outro.

A partir disso, desenvolvemos os direitos essenciais e naturais de cada um, o respeito às leis e à Constituição que temos a obrigação de obedecer. Fala-se da formação do País, fala-se da igualdade, da universalidade e da individualidade dos direitos, mostrando sempre a responsabilidade que cada um tem, primeiro, para si, o respeito a si mesmo e aos outros.

Parece um pouco primário falar sobre isso, mas funciona, ainda mais se for dito por Dalmo Dallari, que, por exemplo, quase sempre abre os nossos cursos. Depois, apresentamos um histórico dos direitos humanos, com as declarações e tratados, e abordamos a cidadania, a obrigação da participação no bem comum, sempre procurando acentuar bem esses aspectos. Em seguida, falamos de preconceitos e do ECA, da violência contra os menores, de problemas relacionados à mulher, da mídia nos direitos humanos, o que é importantíssimo e os caminhos para se exigir o cumprimento dos direitos, como pôr isso em prática.

Isso tudo a grosso modo, porque fazemos adaptações conforme o público alvo. Essa é a linha geral dos nossos cursos.

Pincelamos vários temas, mas com esse pouco temos conseguido bons resultados, temos despertado as pessoas.

Assim, voltando ao ponto principal, a mudança de mentalidade, afirmo que não podemos ficar restritos às leis e às aulas teóricas. Assim não iremos evoluir. Teria muito coisa para dizer ainda, mas tenho de encerrar.

Quero, por último, eu queria falar sobre algo que me preocupa. Olhando para vocês, voltei a me fazer esta pergunta.

Falamos muito aqui em educar em direitos humanos, em todo o esforço de base que deve haver junto às comunidades nas favelas etc. Mas eu nunca ouvi alguém dizer como educar a classe média, aquela que manda no País, que tem o poder nas mãos - somos todos nós, aqui. Trata-se de uma classe egoísta, individualista, que não liga para os outros; só quer favores e cada vez mais poder. Tem belas teorias, às vezes generosas, mas que na prática não funcionam. Como educar os nossos parentes e amigos?

Ouvimos cada barbaridade de vez em quando. É muito comum ouvirmos dizer: "*Pega, esfolo e mata*". Relativamente a esse incidente que houve em São Paulo, que vocês devem ter acompanhado, muitos disseram que era para matar todo mundo, passar metralhadora e acabar com todos os presos. E se tentamos dizer alguma coisa já sabemos o que vamos ouvir: "*Não pensam nos outros*" etc.

Vou fazer um depoimento, uma denúncia, de minha responsabilidade. Quando aconteceram aquelas mortes dos policiais, nós, dos direitos humanos, logo no primeiro dia, fizemos um abaixo-assinado em solidariedade às famílias dos policiais, onde dizíamos que lamentávamos o ocorrido e que estávamos à disposição dos parentes para ajudar. Para vocês terem idéia, a fina flor dos direitos humanos de São Paulo assinou esse documento: Gofredo da Silva Telles, Hélio Bicudo, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Victória Benevides, José Gregório, Kotscho, Frei Betto. A lista de assinantes era enorme. Enviamos esse documento para os jornais, mas nenhuma palavra foi publicada. Na segunda-feira, em São Paulo, na Catedral, houve uma grande manifestação de defensores dos direitos humanos em favor dos policiais mortos. Estavam presentes todas essas pessoas cujos nomes citei e mais algumas, como o Prefeito de São Paulo. Felizmente, foi linda essa manifestação e muita gente quis também assinar o documento. Mas nada foi publicado, nem na *Folha*, nem no *Estadão*. Apareceu apenas pequenina nota no *Jornal da Cúria*, lido por pouquíssima gente.

Achei isso muito estranho. O Kotscho, que é jornalista, é que havia entregue pessoalmente o abaixo-assinado aos editores da *Folha* e do *Estadão*, e mesmo assim não saiu a notícia. Ele me disse para falar com o Otávio Frias. Eu telefonei para o Otávio Frias, que não me respondeu, estava ocupado, viajando - a secretária dele é que me informou. No sábado foi que ele me telefonou. Já era tarde, até mesmo porque o nosso apoio ficou delicado: estávamos apoiando o drama das famílias dos policiais mortos, mas, de repente, outros policiais começam a matar também. Então, não demos continuidade. É difícil a coerência diante disso tudo.

Falei a respeito de tudo isso para refletirmos sobre a maneira de falarmos com os nossos parentes e amigos que não pensam como nós. Temos de encarar isso, mas não sei como. Estou sempre me perguntando. Acho que cada um de nós pode trazer alguma contribuição. Quem sabe podemos mudar. Sem isso ficou muito devagar.

**O SR. COODENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado, Margarida Genevois.

Vocês não queiram estar na minha pele. Eu gostaria de estender por horas esta exposição. Olhava o relógio e ao mesmo tempo o rosto de vocês, que demonstrava que vocês queriam que continuássemos. Mas vamos ter que passar a palavra. Iremos convidar para fazer uso da palavra a Herilda, da OAB. Se fizermos uma listagem, não muito numerosa, dos nomes das pessoas que mais contribuíram na luta pelos direitos humanos, certamente encontraremos nas duas primeiras posições os nomes dessas duas mulheres. A Herilda é uma militante batalhadora e muito braba. Quem a conhece sabe da sua coragem e da sua decisão.

Tendo em vista que faltaram 2 palestrantes, democraticamente, sem fazer consulta, distribuí o tempo entre a Genevois e a Herilda. Se eles chegarem, depois decidimos o que fazer.

**A SRA. HERILDA BALDUÍNO** - Os amigos são sempre generosos. Perly Cipriano faz essas referências porque eu e a Margarida já temos contado muito tempo de vida. Somos mais antigas do que muitos de vocês que estão aqui e por isso... (*falha na gravação*) ...terrível oportunidade de tratar direitos humanos nos períodos mais difíceis e até nos períodos mais perigosos, como no tempo da ditadura. Nossa luta vem de lá, vem de muito longe.

Faço parte do Comitê que trabalha o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e falarei a respeito de justiça e segurança.

O Plano é para uma política pública de educação em direitos humanos. Isso tem de ficar muito claro na cabeça de quem vai trabalhar com essa questão. Não é para fazer aquilo que fazemos todos nós, de direitos humanos: estarmos presentes. Esse Plano é uma política pública do Governo, da Secretaria de Direitos Humanos. Como política pública da Secretaria, ele trabalha com as proposições políticas. As questões de metodologia, de como se vai fazer, de como se vai atingir alguma coisa, de como se faz a educação, talvez tenham que ser examinadas mais sob um ponto de vista técnico. Escuto muito dizerem que vão fazer isso, vão fazer aquilo, vão fazer transversalização e não sei mais o quê. Nesse caso, trata-se de metodologias, da forma como se tem que fazer no plano político.

Sou a favor de todos eles, todos são importantes, principalmente quando dividimos a questão do Plano para fins apenas pedagógicos, porque a educação em direitos humanos não pode ser dividida. Para mim a educação em direitos humanos deve formar uma mentalidade junto à sociedade brasileira segundo a qual têm de prevalecer os valores e a responsabilidade do Estado de garantir os direitos humanos. As violações dos direitos humanos são outra coisa. Sempre que nos reunimos, todos fazem parte do nosso trabalho. Falar de coisas horrorosas que aconteceram, como bater em menino de rua, questões de posseiros, de terras etc, é falar nas violações, que são tratadas e devem ser tratadas em

educação em direitos humanos pelas pessoas que realmente estão atuando nessa linha de combate dentro da organização social e institucional.

Educação é um processo. E esse processo tem uma finalidade, ele quer alcançar alguma coisa. E o que a educação em direitos humanos vai querer alcançar como política pública? Vai querer alcançar a Constituição de uma Nação, onde todos sejam guiados por valores e sentimentos que sejam capazes de fazer com que a sociedade garanta - e garantir aqui é um verbo que a gente tem que saber interpretar - o maior valor que o homem tem, que é a dignidade dos seres humanos. Não gosto desse negócio de dizer que é a dignidade da pessoa humana, talvez por erro de formação, de cabeça, e outras coisas. Pessoa é outra coisa em Direito. Eu trato como seres humanos. Branco, preto, pobre, menino, mulher, índio, todo mundo, enfim, que anda em pé e que fala é considerado ser humano. Para estes é que é criado, é que existe esta noção cultural de que temos direitos humanos. Para a pessoa, existe os direitos civis, direitos econômicos, e outros, não é? O homem e a mulher cada um tem o seu estatuto próprio, mas direitos humanos é o estatuto do ser humano. Tem gente que ainda defende a idéia de direitos humanos até para aqueles que nem nasceram: direitos do nascituro. Quais são os direitos humanos do nascituro? Direito até de ter um nome, de ter um pai. Essas coisas que nós aprendemos em Direito e que sabemos. Aí é que está, é acoplar a isso a questão dos direitos humanos. Por que eu defendo isso? Defendo porque eu defendo o ser humano, a dignidade do ser humano.

Uma das questões mais importantes que vamos examinar nessa política de educação em direitos humanos é que nós, a sociedade brasileira, chegamos a uma constatação: quem é que mais violenta, mais viola os direitos humanos? Essas pessoas estão preparadas, têm consciência daquilo que fazem?

Eu agora vou passar para a nossa parte, a questão da Justiça e da segurança. O Poder Judiciário, falando em coisas muito simples, é quem é o garantidor da Constituição brasileira. O Supremo Tribunal Federal é quem garante a Constituição. E a Constituição é quem enumera quais são as garantias que temos que ter, garantias dos direitos políticos, sociais, econômicos. Todas essas coisas que hoje existem em direitos humanos. Então, se ele é o garantidor dos direitos humanos, nós notamos que ele não é um bom garantidor, porque se violam direitos humanos de minuto a minuto.

Quem é o maior violador dos direitos humanos? O próprio Estado. Então, ele não reage, ele não chega a executar aquilo que tem que fazer. E por que ele não faz isso? Nós, que trabalhamos em direitos humanos, temos que aprender educação dos direitos humanos. O povão não vai aprender isso porque é muito difícil de aprender. Ele não faz isso porque é uma justiça de classe: preto, pobre e prostituta, é uma justiça para garantir a propriedade dos ricos.

Então, nós, nesse plano, tentamos levantar formas de sacudir o Poder Judiciário e os servidores do Poder Judiciário. Quem são os servidores do Poder Judiciário? São os vários órgãos auxiliares da Justiça. Quem advoga aqui sabe, por exemplo, o que é um cartório. Vou pegar um exemplo para mostrar como se registra um óbito de pobre. O rico tem um parente um fulano, influente, que vai lá e resolve. O pobre, não, fica lá na geladeira esperando arrumar o papel, como dizem eles. Então, estas coisas mais minuciosas, minudentes, que a gente pensa que não valem nada, são violações profundas. O Estado tinha que fazer as pessoas serem atendidas, para respeitar a dignidade do ser humano.

Vamos ver, por exemplo, como funciona a Justiça quando acontece um fato terrível, repugnante. Nós vamos denunciando, vamos falando. O processo praticamente não anda, e não anda por quê? Porque não tem quem cuide desse processo. Um dos problemas importantes na questão da política de direitos humanos é a Secretaria tomar consciência de que os pobres necessitam de bons advogados. Se não for assim, estaremos brincando de fazer direitos humanos. Esses problemas devem ser resolvidos na Justiça, onde mais tem aparecido o sentimento contra a impunidade. Se não tiver alguém para acompanhar os processos, vai continuar a impunidade. O colega Renato, da Pastoral da Terra, conhece bem essa dificuldade. Por que isso ocorre? Porque não há especialização, e o ilustre colega se referiu a ela ao mencionar o ensino superior. Para esse tipo de especialização, temos de elaborar uma política que chame os novos advogados para trabalharem com direitos humanos, porque é algo prazeroso. É certo que não se ganha dinheiro. Por isso temos de tirar da cabeça do bacharel que pretende se tornar um bom advogado de direitos humanos que ele vai ficar rico.

De outro lado, o Estado tem a obrigação de prestar assistência aos necessitados. É outro ponto que ainda iremos discutir aqui.

A meu ver, a maior dificuldade está no acesso à Justiça. E não por falta de comarcas, mas sim por faltar condições de funcionamento nas comarcas do interior, onde faltam juiz, escrivão e até material, como computador. Tomar decisões sobre esse capítulo, que faz parte do nosso Plano, vai favorecer, sim, o Poder Judiciário, o Ministério Público e os delegados, principalmente no que se refere à segurança, e não a nós, advogados.

Temos reunião marcada no Rio de Janeiro, onde vamos apresentar alguns adendos a respeito da situação absurda que vimos na Justiça. Senti-me entristecido como qualquer pessoa se sentiria, mas esperava por isso. Demorou e não será o último; foi o primeiro. Temos de ter condições de resolver o problema da Justiça no que diz respeito a violações de direitos humanos, ainda mais sabendo que o maior violador de direitos é o próprio Estado brasileiro.

Não tenho nada mais a acrescentar ao programa da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Dá pena, porque se passaram 3 anos e até agora nada. Em 6 meses não vamos conseguir fazer mais nada. Tomara que V.Sa. continue por lá e tenha mais tempo para implantar o programa. A solução desse problema é urgente. Não pode ficar para amanhã; era para ontem.

Anotei aqui: podem fazer não sei quantos cursos para a polícia, mas caberá, sim, à sociedade civil arregaçar as mangas e, se for o caso, dizer que não agüenta mais a corrupção. Não quero julgar ninguém. O problema está na corrupção que campeia nas delegacias, nos presídios e em todas as organizações repressoras.

Se não houver um mínimo de organização, Balestreri, todos esses discursos que ouvimos hoje foram em vão. Todos sabemos que o policial ganha pouco. É certo também que há distorções de comportamento, mas o Estado não está lá para cuidar disso. Caberá a ele, sim, punir e expulsar os maus funcionários. O Estado terá de criar uma auditoria, um órgão que cuide disso, para descobrir onde está a corrupção policial, que hoje, além da polícia, atinge o Judiciário, já está chegando à porta do juiz. Quem trabalha nessa área sabe disso - nós sabemos, porque há muitos anos vimos observando o aumento da corrupção nas delegacias.

Peço a atenção dos senhores para essa questão. Peço à sociedade que compreenda que é preciso tomar medidas radicais,

que realmente fortaleçam o processo de educação em direitos humanos. Educar em direitos humanos é preparar toda a sociedade brasileira, os seus mais diversos segmentos, para exercer fiel e sossegadamente, a cidadania. E hoje digo: cidadania com justiça social. Viram a mulher daquele bombeiro? Ela quer justiça social. Essa é uma lição para todos nós que trabalhamos na área. Mas é preciso garantir a justiça social dentro das normas democráticas, senão teremos guerra, senão não haverá como consertar a segurança pública. Segurança pública não é só soldado na rua não, não é só o aparato de carros e não sei mais o quê. Gasta-se uma fortuna de dinheiro. Vejo aqui em Brasília carros da Polícia rodando dia e noite. Dizem que estão fazendo não sei o quê, vigiando. Não vigiam ninguém! O cara que quer assaltar dificilmente é alcançado por esse tipo de repressão.

Nós, dos direitos humanos, temos uma responsabilidade com o Estado, com o Brasil. Foi muito bem dito pelo Perly que nós não temos partido político, não temos hora política. Nosso compromisso é outro.

Quanto a esse problema de segurança que atingiu São Paulo e outros Estados, acho que temos de acrescentar, de trazer a universidade e outros segmentos sociais ao exame da questão. Do contrário, vamos ficar com um monstro: trabalhamos muito bem, vamos melhorar a educação em direitos humanos e todo mundo vai querer exercer a cidadania, mas vamos continuar sendo mortos, fuzilados.

Sou advogada criminalista. Há o tiro que é disparado de cima para baixo: mandam a vítima ajoelhar e dão o tiro.

Dizem que é preciso mudar o Código Penal, já com 40 anos, 50 anos. Não! O Código Penal não é a causa dessa violência. O problema é que não se aplica nem esse Código de 40 anos. Vejam o preparo do inquérito policial! Quem diz que crime o cara cometeu é o delegado. E depois ele faz um relatório: 171, 157... O juiz manda o processo para o promotor, e o promotor coloca lá 157, por exemplo. Com base nesse artigo é que vão buscar a prova, formar, formular ou fraudar uma prova, para botar na cadeia preto, pobre e prostituta. Os outros não.

Estou muito satisfeita. Estamos caminhando bem. Espero que eu e a Maria Nazaré possamos nos encontrar. E espero que chamem um digníssimo magistrado para ouvir o que eu disse. Com ele serei ainda mais radical, porque, sem essa consciência, nosso trabalho vai ficar muito magrinho, muito sem solução.

Muito obrigada. Eu tenho de ir para o fórum.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado, Herilda.

Vou dar a palavra ao expositor cujo tempo foi dividido entre a Herilda e a Margarida. O Roberto Monte terá 5 minutos. Serei implacável. Perdoem-me. Estão dizendo que estou seguindo uma política de gênero. Não. Isso é afirmativo. E como sou Presidente Nacional do Conselho do Idoso, pode ser também uma política de idade. Mas o Roberto é nordestino, leitor de cordel. Ele fala bem rápido.

Com a palavra o Roberto Monte, por 5 minutos.

**O SR. ROBERTO MONTE** - Vou surpreender o Perly. Falarei em 2 minutos.

Vou fazer uma provocação. Quando o Bono Vox veio ao Brasil, houve aquela dança, o que acarretou no *blog* da menina cerca de 12 milhões de entradas - isso para vermos como anda hoje essa questão midiática e a questão *on line*. Talvez seja o grande lance que temos de fazer: como ampliar e propagar sem "macdonizar" a coisa, digamos, não ficar rente à questão. Perly, há uma questão que acho interessante. Vou voltar a tempos idos. Tenho um documento da Frente de Libertação do Vietnã, do pessoal ligado à guerra de libertação do Vietcong, que dizia que todo ato político é de comunicação. Hoje, diria que talvez seja um desafio dizer que todo ato político é de comunicação e educação. Talvez seja um grande lance. Na verdade, quem anda, circula, sabe que este País é uma loucura em termos de experiências. Como fazer com o que está em Santo Antônio do salto da onça ou numa cidade mais longínqua esteja dentro dessa questão midiática, dessa questão *on line*?

A questão dos corações e das mentes também remete à guerra do Vietnã. Saindo do Vietnã e chegando ao Iraque, há algo bem interessante. Na primeira guerra do Iraque, quem deu a notícia de que tinha começado o conflito foi a CNN. Não é piada. No segundo conflito, foi uma tevê portuguesa. Notem que os meios de comunicação são rápidos.

Todos pensam que a guerra no Iraque é feita apenas por homens-bombas. Não! No Iraque existe um franco-atirador, de nome Juba, que já detonou cerca de 200 americanos, e com um detalhe: os alvos são eliminados e filmados. É algo de ficar estarecido. Por quê? Essa é uma guerrilha virtual. Como entrar nessa guerrilha virtual, com violência ativa, para fazer valer o que estamos trabalhando há tanto tempo?

Como fazer com que esses exemplos, como o da Vera Leonelli, de alguma maneira fiquem amplos, disseminados, para que todos possam ter acesso a eles?

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Eu já começo a acreditar em milagres. Aqui está um diante de nós.

O debate será às 14 horas, nesta sala, onde todos os debatedores estarão presentes para ouvir as críticas, sugestões e observações.

O Nilmário Miranda, ex-Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, está lançando o livro *Por que Direitos Humanos?* no bar Monumental. O livro é bom e o bar é muito agradável - sem fazer comercial! (*Risos.*)

Passamos a palavra à Sra. Rosilea.

**A SRA. ROSILEA MARIA ROLDI WILLE** - Bom dia.

Sempre ouvimos a discussão sobre a escola como espaço que recrudesce a discriminação, que precisa educar a classe média. A Lúcia diz que a lacuna é deixada pela escola formal, que não cumpre a sua tarefa de formar os cidadãos.

Pensando em nós que atuamos no Ministério da Educação e refletindo sobre as falas anteriores que acompanhamos, acho que precisamos fazer algumas ponderações.

Do ponto de vista da teoria da educação, sabemos que a mais moderna biografia tem apontado que as dificuldades de sucesso escolar não se relacionam exclusivamente à inabilidade cognitiva dos alunos, mas à inadequação do sistema escolar. Esse fato não é só uma constatação nossa. As crianças evadem da escola não porque desejam, mas porque são expulsas e muitas vezes não conseguem retornar.

Para pensarmos sobre o que acabei de dizer, vale a pena retomarmos algumas informações. Na última década, a educação brasileira passou por uma significativa expansão e melhoria de acesso escolar. Sempre se diz que há problema de acesso e permanência. Mas, estatisticamente, na última década, esses dados se modificaram. Vejam que a taxa de analfabetismo no

Brasil passou de 19,7, em 1971, para 12,4, em 2001 - dez anos depois. A redução do analfabetismo foi acompanhada pelo aumento na escolarização da população brasileira, especialmente dos mais jovens, tendo-se atingido, no final do século XX, à quase universalização do ensino fundamental.

No final dos anos 1980, o índice de crianças de 7 a 14 anos na escola era de 86 e em 2003 foi para 97,2. Houve uma importante redução na proporção de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola. Há problemas na educação, mas não de acesso e permanência. É claro que o problema não está solucionado, não se reduz a isso.

O mais grave é que apesar da expansão no acesso à educação, a diferença de escolaridade entre negros e brancos com mais de 25 anos ampliou-se, passando de 1,7, nos anos 60, para 2,1, nos anos 2000. O mesmo ocorreu com a ampliação de vagas no ensino superior. Em 1992, a probabilidade de um branco entrar na universidade era de 124%. Em 2003, essa diferença subiu para 137%. A expansão da educação em alguns níveis em vez de diminuir ampliava a distância entre os grupos étnicos.

Para melhor compreender e enfrentar, no âmbito das políticas públicas, esse ciclo de iniquidades, é preciso, primeiramente, reconhecer a pluralidade que marca a sociedade brasileira e dar visibilidade à diversidade de grupos e culturas que historicamente constituíram o nosso País. Nessa mesma direção, para que se alcance a educação de qualidade para todos faz-se necessário, concomitante a sua expansão e universalização, incorporar a diversidade em suas múltiplas dimensões e em toda sua complexidade, não apenas nas condições de acesso à educação, mas também na própria dinâmica da aprendizagem e das relações estabelecidas no interior do espaço escolar. Parte-se da compreensão de que não é possível romper com as desigualdades sociais que marcam as condições educacionais dos grupos mais desfavorecidos em nossa sociedade, sem que se observe as suas peculiaridades.

Uma educação que contemple a diversidade precisa refletir sobre as relações que construíram e que mantêm as diferenças estabelecidas em nossa sociedade, no tempo e no espaço, pautadas na desigualdade de direitos. O padrão normativo que se estabeleceu confere ao outro - negros, indígenas, mulheres, homossexuais, população campesina etc. -, de modo a estigmatizar, diferentes estereótipos, atribuindo-lhes qualidades depreciativas ou mesmo relegando-lhes à indiferença institucional.

Trabalhar na educação na perspectiva da biodiversidade é garantir diferenças que não sejam transformadas em desigualdades pela discriminação, seja ela individual, seja institucional, se o objetivo é desconstruir preconceitos e representações sociais essenciais e naturalizantes, estereotipadas e opressoras, que tornam invisíveis negros, indígenas, mulheres, identidade de gênero, orientação sexual e condições físicas.

Por meio desses elementos, acho que se pode estabelecer o papel do Ministério da Educação no Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e na discussão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Em 2004, o Ministério da Educação constituiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que tem como finalidade tratar dessas populações que historicamente eram discriminadas no sistema de ensino. Hoje, diversas ações são desenvolvidas para indígenas, quilombolas, mulheres, homossexuais, todos eles sendo tratados de acordo com a sua peculiaridade. Claro que isso não é fácil. Quando se pensa em contemplar diferentes públicos, o eixo estruturante de tudo isso são os direitos humanos.

Na verdade, tivemos de focalizar cada grupamento específico para deles podermos tratar no sistema de ensino de acordo com o que vinha acontecendo.

Os dados que eu lhes passei são do próprio Ministério, não vêm de outras fontes.

Temos hoje programas que muitos questionam, como a política de cotas, que dizem reforçar o racismo. Entretanto, para aqueles que são socialmente discriminados, para os diferentes, é preciso criar políticas diferentes. Não basta ter uma lei que considere todos iguais. Todos são iguais perante a lei, mas alguns são mais iguais do que outros, e os diferentes ficam invisíveis.

Vou citar alguns programas porque acho importante que os senhores conheçam algumas ações do Ministério.

Primeiramente, no âmbito do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Programa Reconhecer, desenvolvido em parceria com a SESU, apóia projetos apresentados pelas universidades. Tem como pressuposto a promoção do direito como relevante instrumento de mudança, a partir do estímulo a uma nova cultura jurídica nas faculdades de Direito, contemplando uma formação cidadã dos profissionais da área. Um de seus objetivos é a formação multi e transdisciplinar dos estudantes de Direito. Os públicos prioritários são afro-descendentes, povos indígenas, população prisional, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Foi apresentado um total de 44 projetos. Desses, 14 foram desclassificados por problemas na documentação e 30 foram avaliados. Catorze vão ter início este ano. Faculdades de Direito vão apresentar e desenvolver trabalhos com essas populações que mencionei.

São apoiados projetos no âmbito do programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e Educação para a Diversidade e Cidadania, da SECAD. Para esse programa os Estados constituíram seus comitês no ano passado. Este ano, para atender ao que o plano prevê, estamos apoiando financeiramente universidades que se disponham a colaborar com os comitês estaduais na sua formação e estruturação. Então, teremos o fortalecimento dos comitês estaduais e a capacitação em direitos humanos de educadores e educadoras, gestores e gestoras da educação.

O público-alvo desse programa são os profissionais da educação básica, comunidade acadêmica, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Por favor, Rosilea, peço-lhe que encerre seu pronunciamento porque várias pessoas estão pedindo a palavra.

**A SRA. ROSILEA MARIA ROLDI WILLE** - Para concluir, o projeto que estamos desenvolvendo agora - para o qual, inclusive, buscamos parceria com universidades - é a fundamentação teórica em direitos humanos, em relação ao qual também utilizamos a parceria da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Vamos trazer universidades que vão desenvolver documento básico que contenha os fundamentos teóricos e metodológicos em educação e direitos humanos. Esse é um trabalho que iniciamos agora, para o qual, repito, estamos ainda procurando parcerias em universidades para



que trabalhem conosco no desenvolvimento desses conteúdos.

O que não foi possível dizer por falta de tempo, à tarde, o Robson estará no grupo discutindo e poderá repassar aos senhores. Há outros temas e reflexões feitas pela SECAD, no MEC, que julgo importantes conhecerem.

Muito obrigada.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado.

Vamos ouvir agora o Marilson por 5 minutos.

À tarde, o Iradj conduzirá o debate, o aprofundamento, o aperfeiçoamento e as recomendações, que serão feitos no grupo, nesta sala.

**O SR. MARILSON DOS SANTOS SANTANA** - Senhoras e senhores, a Secretaria de Educação Superior tem pautado sua atividade na área de educação superior por 3 linhas fundamentais: a linha da expansão, que significa a expansão pública da universidade, com o desenvolvimento de novos campi e novas universidades federais no Brasil; a regulação, que tem relação com a supervisão e avaliação da educação superior privada e a inclusão.

Nessa perspectiva de inclusão, o Departamento de Políticas da Educação Superior, do qual faço parte, trata de alguns problemas específicos, sendo muitos deles voltados para os direitos humanos e muitos desenvolvidos em parceria com a SECAD.

Vou fazer breve relato dos nossos programas e comentar as falas referentes ao ensino superior.

Rosilea citou programa realizado nos últimos tempos, em parceria com a SECAD, para as universidades de Direito, especialmente para as práticas jurídicas emancipatórias, voltadas para os movimentos sociais, para a questão agrária, a violência, os portadores de HIV e outras questões diretamente relacionadas aos direitos humanos. Como ela explicitou muito bem, não vou me ater a isso. Só quero informar que a primeira edição do projeto contou com 400 mil reais e é possível que o renovemos com valor até mais alto.

Algo interessante, respondendo à oportuna provocação do Noaldo, foi que o Movimento Rural dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos procurou ano passado para a formação de um curso voltado para advogados populares no interior de Goiás Velho. Inicialmente, tínhamos dificuldades porque a reitora de então não estava muito interessada na realização do curso, até porque o MEC não pode fazer as coisas sozinho; ele tem de articular com as universidades, que são autônomas, com base no art. 207 da Constituição Federal.

Recentemente, mudou a reitoria e conseguimos curso com 10 vagas para professores, que serão abertas nos próximos concursos. Tal curso terá uma feição voltada aos trabalhadores rurais.

Além disso, tive contato com a Pola, do setor de direitos humanos, e estamos aguardando o sinal do movimento dos sem-terra para a realização, até o final do ano, de um curso de extensão na Universidade Federal de Goiás voltado aos advogados populares. É muito pouco ainda, mas creio que podemos avançar.

A Secretaria de Educação Superior desenvolve, além desses programas voltados aos advogados especificamente, o programa da UNIAFRO, que fortalece os núcleos de estudos afro-brasileiros, os NEABs, nas universidades. Investimos 2,5 milhões nesses projetos, que têm fomentado pesquisa, ensino e extensão nas universidades voltados para a população afro-descendente.

Estamos investindo 1 milhão e 100 mil reais no Projeto Incluí, que tem a perspectiva de trabalhar a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades.

Estamos também investindo num programa chamado Envelhecer, que busca cuidar dos idosos ou daqueles da terceira idade, como são chamados na universidade.

A inclusão do estudante estrangeiro, por meio dos programas de PEC-G, de instituição convênio, e o PROMISAES, por meio do qual se distribui bolsas de 390 reais para estudantes africanos e dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem relações internacionais, que visa à inclusão da comunidade africana e do Caribe nas universidades.

Estamos tendo, no aspecto da arte/educação, como apresentado aqui, o Programa Jovens Artistas, que busca iniciativas artísticas e culturais nas universidades.

Em linhas gerais, são nossos programas, além do PROLINDE, em parceria com a Secretaria de Educação, a universidade e a SECAD, que visa incentivar as atividades acadêmicas, as universidades relacionadas às populações indígenas e seus descendentes.

São esses os nossos programas. Aceitamos alguns desafios para o futuro, a fim de aprofundar a educação no campo e sua relação com a educação superior e a universidade. Isso talvez cresça com a interiorização da universidade em decorrência da expansão. É um desafio.

Outro desafio é uma educação superior que atenda à demanda das mulheres. A Secretaria de Educação das Mulheres fica no nosso prédio; precisamos acentuar nosso diálogo.

Outro desafio ainda é uma educação superior voltada para as minorias sexuais diferentes.

São esses os nossos desafios. Tentamos criar uma política de direitos humanos generalizada e, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer as diferenças dos grupos sociais desfavorecidos e chamados de minorias.

**O SR. COORDENADOR** (Perly Cipriano) - Obrigado, Marilson.

A Secretaria, com o MEC, atendendo às recomendações da ONU, da década de educação em direitos humanos, criou o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, do qual fazem parte a Herilda, a Iradj, o Geneveau, a Nazaré, o Márcio, que aqui esteve algumas vezes, e eu. Foi criada a Coordenação na Secretaria, cuja Coordenadora é a Profa. Nazaré, militante de direitos humanos de longa data.

O MEC criou um Comitê de Direitos Humanos, o que para mim é um avanço, quase uma revolução na área.

Foi elaborado e lançado um plano, em 2003, da versão preliminar do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Posteriormente, foi realizado algo extremamente importante em todos os Estados brasileiros e, no Distrito Federal, foram realizados encontros para discutir educação universitária, ensino fundamental, não-formal, mídia e segurança, à exceção de Mato Grosso. Se houver alguém de Mato Grosso aqui, peço que nos ajude porque é muito difícil chegar a esse Estado. Todos os Estados participaram. Quase 5 mil pessoas participaram desses debates e também ficou público, para que as pessoas contribuíssem.

A contribuição dos Estados será sistematizada por esses dias e, em breve, teremos um documento, que é aperfeiçoado, a ser lançado na Conferência Ibero-Americana de Educação em Direitos Humanos, no período de 30 e 31 setembro, 1º e 2 de agosto, com o objetivo de se debater o papel da educação em direitos humanos na contemporaneidade; apresentar painel sobre os estágios atuais de implementação dos planos nacionais de educação em direitos humanos nos países do MERCOSUL e países associados - não podemos pensar em fazer algo separadamente dos outros; promover intercâmbio de políticas públicas em educação em direitos humanos, numa visão multicultural e pluralista; refletir e analisar experiências significativas da educação em direitos humanos, desenvolvida por diferentes setores sociais nacionais e internacionais, pelo Estado e pela sociedade civil; promover intercâmbio entre gestores, educadores, pesquisadores, extensionistas e atores sociais e divulgar o plano nacional.

Encerro este painel, desejando bom almoço a todos. Peço desculpas caso tenha exigido muito de todos. Mas direitos humanos são uma construção; fizemos um pedaço e, à tarde, todos devem estar de volta, bem alimentados, bem-dispostos, cheios de críticas, sugestões, para que ajudem a melhorar o plano. E a luta continua, companheiros! (*Palmas.*)



**56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária**

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900  
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-619-619, de 8h às 20h  
Atendimento presencial: de 9h às 19h

[Sobre o Portal](#) [Aplicativos](#) [English](#) [Español](#) [Extranet](#)